



Índice

- 01** Os Suruí e o projeto carbono: para que o mundo saiba
- 02** Software vai medir impacto da pressão humana em florestas inundáveis
- 03** Manual do Selo Quilombos do Brasil está disponível na internet
- 04** Comissão concluirá texto final do Plano Setorial para Cultura Afro-brasileira
- 05** Unir debate 'Prisões políticas e criminalização da luta popular', em RO
- 06** Possível extinção de 4 secretarias estaduais é alvo de críticas, no AM
- 07** Índios Guajajaras protestam em frente a sede do governo em São Luís
- 08** Grupo caminha cerca de 3h em busca de serviços do Ribeirinho Cidadão
- 09** Barco da Justiça leva atendimento jurídico a ribeirinhos no Pantanal
- 10** Projeto Água Saudável vai beneficiar 15 mil famílias ribeirinhas
- 11** Cheia do Rio Acre faz Rio Branco decretar situação de emergência
- 12** Rio Madeira pode atingir 16,70 metros nas próximas 48 horas, diz CPRM
- 13** Conselho de Igualdade Racial define prioridades da gestão
- 14** Programa Vale Universidade Indígena oferece 174 vagas
- 15** Relatório da Anistia Internacional destaca violência no mundo e crise da segurança pública no Brasil
- 16** Lideranças Suruí afirmam ao presidente da Funai que não querem mais o projeto de



carbono em suas terras

- 17** Fazendeiros prometem realizar despejo de grupo Kaiowá "com as próprias mãos"
- 18** Filhos da Lua, a Voz dos Yanomami: saiu o trailer oficial em Português/Français
- 19** X Encontro Nacional Sobre Leitura e Escrita em Sociedades Indígenas inicia nesta quarta (25)
- 20** Proposta de Emenda que dá ao Congresso decisão sobre terras indígenas volta a ser analisada
- 21** Vale e ICMBio tentam conciliar lavra e conservação em Carajás
- 22** José Melo descarta extinção da Secretaria de Povos Indígenas
- 23** Índios da etnia Canela ocupam sede da Funai em Imperatriz, MA
- 24** Ribeirinhos do Pantanal em MS terão atendimento da justiça a partir do dia 2
- 25** Anistia Internacional destaca projetos do Congresso como ameaças aos direitos humanos de indígenas e quilombolas
- 26** Frente Parlamentar promete brigar contra aprovação da PEC 215 no Congresso Nacional
- 27** Conflitos com índios vão se agravar, prevê ex-presidente da Funai
- 28** Projeto vai sistematizar e divulgar informações sobre quilombos
- 29** Acusado de assassinar líder quilombola é julgado em Belém
- 30** Apib repudia Câmara por aprovação do PL de acesso aos recursos genéticos e conhecimentos tradicionais

Os Suruí e o projeto carbono: para que o mundo saiba
SÍTIO CIMI, 24.02.2015



Fonte da notícia: Egon Heck/Cimi. Texto e Foto

"Queremos a suspensão imediata desse projeto de carbono, que está matando o povo Suruí". Essa foi a reivindicação de todos os caciques e lideranças do povo Suruí, na audiência por mais de três horas, no auditório do Ministério Público Federal. Deborah Duprat, coordenadora da 6ª Câmara, ouviu atentamente e debateu com a delegação dos Povos Indígenas de Rondônia, num clima de muita confiança e franqueza. Após breve apresentação, Dra. Deborah manifestou estranheza sobre a presença de alguns seguranças no auditório. Após indagar quem os teria enviado a esse espaço, comentou: "Nós nunca precisamos de tais presenças em nossos encontros com os povos indígenas. Por isso peço a vocês que se retirem". Apesar de terem confidenciado que estavam ali por ordem superior, retiraram-se do recinto.

"Essa para mim talvez seja uma das atividades mais importantes da nossa vinda a Brasília", comentou Antenor Karitiana. De fato, o Ministério Público Federal tem se transformado num dos importantes espaços de luta e garantia dos direitos dos povos indígenas. Apesar da estrutura de funcionamento impor limitações, é inegável que os povos indígenas tem no Ministério Público Federal um importante aliado em suas lutas pelos direitos constitucionais.

CONT.



Projeto polêmico, abominado pelos Suruí

A maior parte do tempo do encontro no MPF girou em torno do polêmico projeto Carbono Florestal Suruí, iniciado em 2007. É considerado o primeiro do gênero implantado em terra indígena em nosso país. E na opinião dos Suruí e da delegação dos povos indígenas de Rondônia, deveria ser o último. É pelo menos nessa perspectiva que estão lutando, para que semelhante enganação não se repita em nenhuma terra indígena. O cacique geral do Povo Suruí, Henrique Iabaday, presente na delegação, em entrevista ao Porantim de setembro do ano passado, assim se expressou a respeito do projeto: "Projeto de carbono para nossa terra é para tirar a vida do povo Suruí, vai tirar a sua vida de felicidade, de direito de viver em cima de sua terra... É uma bomba pra vida de qualquer ser humano... O que aconteceu com o povo Suruí é uma história pro resto da vida e para o mundo... Para que nenhum indígena faça este tipo de projeto em sua terra... Não tem pra quem falar o que aconteceu com o povo Suruí. O povo tá sem vida. Queremos a supressão do projeto".

Após alguns depoimentos de caciques Suruí, Dra. Deborah Duprat ponderou: "Quero ser muito honesta com vocês. Temos um problema muito sério com o projeto de sequestro de carbono Suruí. A 6ª Câmara aconselhou que não aceitassem o projeto. O contrato foi assinado e, portanto, continua válido. Pelo funcionamento da Justiça será preciso provar que não está sendo cumprido o que foi pactuado. Posso garantir a vocês que o MPF irá se empenhar para que haja uma rigorosa e profunda avaliação do projeto e suas consequências em termos de violência gerada, conflitos graves que podem levar a mortes e apropriações indebitas dos recursos, e a quem beneficiam. Vou solicitar a Funai que ela proceda a um levantamento detalhado para embasar futuras decisões. Será preciso analisar e discutir com todas as comunidades os termos do contrato. Vamos investigar, e vocês façam a parte de vocês". E ainda deixou bem claro: "O Ministério Público não fará nenhuma ingerência na questão interna do povo, pois quem melhor pode impedir esse projeto são vocês".

Ficou evidenciado, após mais de duas horas de debates e esclarecimentos que as consequências perversas desse tipo de projeto devem servir como aprendizado e alerta para que não aconteçam com outros povos indígenas. O importante é enxergar esse tipo de projeto como parte de uma política do capitalismo verde e neocolonialismo. O Cimi, em nota de fevereiro de 2012, denunciou veementemente a insistência de implantação de projetos de REDD nos territórios indígenas, a partir dos direitos e da visão desses povos "esses projetos transformam a natureza em mercadoria, a gratuidade em obrigação, a mística em cláusula contratual o bem estar em supostos 'benefícios do capital'. É a mercantilização do sagrado e a coisificação das relações humanas em interface com o meio ambiente" por isso "quer juntar-se aos demais setores organizados que dizem NÃO à financeirização da natureza, NÃO à economia verde e NÃO ao mercado de carbono" (Porantim, setembro de 2014).

A guerra da terra e da saúde

A grave situação das terras, seja através das invasões dos grandes projetos e variados

CONT.



interesses econômicos, bem como a paralisação dos processos de reconhecimento das terras indígenas, aliado a iniciativas contra os direitos indígenas na Constituição, como a PEC 2015, isso tudo é um decreto de guerra contra os povos indígenas, por parte do Estado brasileiro.

Com relação às paralisações, Dra. Deborah salientou que o Ministério público pressionou a Funai a dar passos com relação aos procedimentos demarcatórios em curso e que estavam pensando em termos de ajustamento de conduta para cobrar a continuidade dos processos. Quanto à PEC 2015 informou já terem sido tomadas medidas quanto à inconstitucionalidade da mesma.

No documento entregue à coordenadora da 6ª Câmara ressaltam: "Outro grande problema enfrentado por nós, povos indígenas de Rondônia e Mato Grosso, é o uso de agrotóxico no entorno de nossos territórios, que vem afetando gravemente a saúde do nosso povo, além de comprometer a nossa biodiversidade, reduzindo os peixes dos nossos rios, as caças de nossas florestas, e de contaminar a água que consumimos".

Quanto à saúde denunciam a total desassistência e expressam sua posição contrária à criação da INSI (Instituto Nacional de Saúde Indígena.). Dra. Deborah acrescentou: "Se a saúde indígena está ruim, vai ficar pior".



Software vai medir impacto da pressão humana em florestas inundáveis

SÍTIO ISA, 24.02.2015

Autor: Eunice Venturi

Fonte: Instituto Mamirauá - <http://www.mamiraua.org.br>

O Instituto Mamirauá, o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais e a Universidade Federal do Pará lançaram um software para medir o impacto da pressão humana em florestas inundáveis. O Índice de Antropização de Florestas Inundáveis (IAFI), disponível para download no site do Instituto Mamirauá (www.mamiraua.org.br/iafi), resulta em um dado numérico obtido a partir da análise de 15 indicadores de pressão humana. Esse dado numérico poderá variar entre zero (áreas sem impacto) e um (áreas com muito impacto).

"O IAFI surge como uma referência e importante ferramenta para identificar e quantificar essa pressão humana para o desenvolvimento de estratégias de conservação. A importância de entender e monitorar estas mudanças está ligada a definição de melhores estratégias para conservação e desenvolvimento sustentável destes ambientes", disse o pesquisador associado do Instituto Mamirauá, José Leonardo Magalhães. O projeto foi concebido ao longo dos últimos quatro anos e os quinze indicadores estão divididos em três grupos. Cada indicador, em cada um desses grupos, possui um peso diferenciado variando entre um e dois pontos.

O primeiro grupo de análise tem o objetivo de medir os impactos que geram perda de biodiversidade, como exploração de produtos não-madeireiros e caça. O segundo avalia perturbações que implicam em destruição do ecossistema. Dentre esses estão pecuária, extração de madeira, agricultura, vestígios de ação humana e clareiras. O último grupo reúne indicadores que geram tanto perda de biodiversidade como destruição do ecossistema. É o caso de fogueiras e mineração.

Ao baixar o programa, o usuário poderá acessar um pequeno manual de fácil utilização que também traz orientações sobre a coleta de dados em campo. A proposta é que o IAFI ajude a identificar áreas que precisam receber intervenções públicas ou privadas. "O desafio de sistematizar indicadores que reflitam apropriadamente os níveis de impacto humano e, além disso, agregar as diferentes histórias de ocupação de cada local é grande devido ao tamanho continental do bioma amazônico. Nosso grupo de pesquisa tem se esforçado para aplicar o IAFI em vários sítios da calha dos rios Solimões-Amazonas. Ao longo dos últimos quatro anos ele já foi implementado em oito paisagens que incluem locais desde a fronteira do Brasil com a Colômbia até a foz do rio Amazonas", afirmou o pesquisador.

Um artigo sobre o desenvolvimento do índice foi publicado no volume 48, de janeiro de 2015, da revista Ecological Indicators. Os resultados publicados indicam que as maiores ameaças para o ecossistema de várzea em Belém e Óbidos, locais onde o índice foi aplicado, são a

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 34/2015

Brasília, 25 de fevereiro de 2015.

agricultura de pequeno porte e a pecuária, respectivamente. O artigo completo pode ser conferido em <http://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S1470160X14004105>

<http://www.mamiraua.org.br/pt-br/comunicacao/noticias/2015/2/24/software-vai-medir-impacto-da-pressao-humana-em-florestas-inundaveis/>



Boletim de Notícias - Edição nº 34/2015

Brasília, 25 de fevereiro de 2015.

Manual do Selo Quilombos do Brasil está disponível na internet

SÍTIO FUNDAÇÃO PALMARES, 24.02.2015



Está disponível na internet o manual do Selo Quilombos do Brasil, criado no âmbito do Programa Brasil Quilombola (PBQ) que, coordenado pela Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (Seppir), reúne ações do Governo Federal direcionadas às comunidades remanescentes de quilombos certificadas pela Fundação Cultural Palmares (FCP/MinC).

O Selo é um certificado de origem, que tem como objetivo atribuir identidade cultural aos produtos de procedência quilombola. O manual traz informações quanto aos benefícios de uso do Selo, à solicitação de uso da marca e a sua aplicação. Dela, podem se beneficiar núcleos de produção da agricultura familiar, membros das associações, cooperativas e pessoas jurídicas com empreendimentos nas comunidades reconhecidas.

Valorização - A partir do resgate histórico dos modos de produção, a iniciativa agrega valor étnico aos produtos e contribui para a promoção da sustentabilidade dos empreendimentos quilombolas. A proposta do Selo é favorecer a diferentes públicos, pois, por meio dele, quem produz passa a ter uma ferramenta relevante de identificação de sua tradicionalidade, além de contribuir para a geração de emprego e renda; quem consome, sabe a origem do produto que está adquirindo.

A assessora da Secretaria de Políticas para Comunidades Tradicionais da SEPPIR, Graça Cabral,

CONT.



afirma que a iniciativa trará novas possibilidades de comercialização dos produtos por meio de feiras, redes de mercados, exposições e compras públicas.

Regras de uso - Para autorização de uso do Selo, o(a) solicitante deve comprovar que o produto agrega saberes étnico-culturais, além da utilização de matéria-prima local e práticas de produção sócio-econômicas ambientalmente sustentáveis. A partir da solicitação, o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) terá até 60 dias para se manifestar quanto à aprovação.

O resultado será comunicado ao interessado, além de publicado no Diário Oficial da União (DOU). O Selo Quilombos do Brasil terá validade de cinco anos e será permitido para a identificação de produtos como verduras, legumes, polpas de frutas e laticínios, artesanato, geléias e doces, entre outros. [Confira no manual](#).

Desenvolvimento - No município de Simões Filho, na Bahia, Maria Bernadete Pacífico Moreira, do quilombo Pitanga dos Palmares, coordena uma associação onde 122 agricultores produzem e vendem a farinha do vatapá, além de frutas e verduras como abacaxi, banana da terra, inhame e maracujá. O quilombo foi certificado em 2004 e adquiriu em 2012 o selo que, segundo a ialorixá, contribuiu para a visibilidade da comunidade até internacionalmente.

“Estamos nos organizando para uma visita à África do Sul”, afirma Maria Bernadete. Como a base da economia do quilombo é a agricultura familiar, a comunidade foi considerada modelo em gestão sustentável do solo e recebeu um convite para que, no continente africano, estabeleçam essa cultura junto às etnias.

Comissão concluirá texto final do Plano Setorial para Cultura Afro-brasileira

SÍTIO FUNDAÇÃO PALMARES, 24.02.2015



As novas atividades para implementação e monitoramento do Plano Setorial para Cultura Afro-brasileira acontecerão nos dias 27 e 28 de fevereiro na sede da Fundação Cultural Palmares (FCP-MinC), em Brasília. Com o objetivo de discutir e definir o texto final do Plano, a comissão de sistematização se reunirá no sentido de finalizar as atividades iniciadas em 2013. O documento vai orientar a elaboração e implementação de políticas públicas para a cultura afro-brasileira em todo o país.

De acordo com o diretor do Departamento de Fomento e Promoção da Cultura Afro-Brasileira da FCP, Lindivaldo Junior, a iniciativa busca sintetizar o resultado das escutas públicas realizadas em alguns estados. "Foram ações conjuntas que favoreceram um debate sobre a política nacional para no segmento da cultura afro-brasileira. Nesse sentido, estamos na fase final de elaboração do texto e esperamos lança-lo nacionalmente o mais rápido possível," afirma.

Além da conclusão do texto, a comissão deve definir a data de disponibilização do documento para consulta pública no site do Ministério da Cultura, o lançamento do Plano Setorial nos estados e municípios entre outras pautas. A construção do Plano Setorial para a Cultura Afro-brasileira, está respaldada no cumprimento da meta de número 46 do Plano Nacional de Cultura (PNC).

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 34/2015

Brasília, 25 de fevereiro de 2015.

Números da Consulta Pública – Em quase dois anos de escutas pelo Brasil, o Plano Setorial recebeu diversas contribuições. Foram 64 questionários respondidos presencialmente e 62 respondidos pela internet no site da FCP.

Colegiado Setorial - O Colegiado é integrado por um Plenário composto por membros da sociedade civil (15), e do poder público (5), sendo presidido pelo Secretário-Geral do Conselho Nacional de Política Cultural do Ministério da Cultura (CNPC/MinC).



Unir debate 'Prisões políticas e criminalização da luta popular', em RO
SÍTIO GLOBO.COM, 24.02.2015

*Encontro está marcado para quinta-feira, 26, às 14h, no campus da capital.
Tema será debatido por professores e representantes de movimentos sociais.*

A Universidade Federal de Rondônia (Unir) realiza, nessa quinta-feira (26), o debate "Prisões políticas e criminalização da luta popular", no campus de Porto Velho. O evento começa às 14h e vai abordar o tema com os movimentos e instituições sociais, aproximando o espaço acadêmico das lutas sociais.

O encontro acontecerá no auditório da Unir, nos períodos vespertino e noturno, com professores da universidade, do Instituto Federal de Rondônia (Ifro) e representantes do Centro Brasileiro de Solidariedade aos Povos (Cebraspo), Associação Brasileira dos Advogados do Povo (Abrapo), Liga dos Camponeses Pobres de Rondônia (LCP), Movimento Estudantil Popular Revolucionário (MEPR), Conselho Indigenista Missionário (Cimi), Procurador do Ministério Público Federal (MPF), e representantes da Comissão Justiça e Paz (CJP) e do Movimento Classista dos Trabalhadores em Educação (Moclata).

O debate faz parte do Programa de Pós-Graduação em Educação – Mestrado Acadêmico em Educação, com a temática que remete ao processo de repressão do Estado às lutas sociais por direitos fundamentais e às campanhas para liberdade de camponeses, estudantes, operários e indígenas, presos devido à participação em manifestações e outras lutas populares.

No período da tarde, o debate acontece a partir das 14h e, no período da noite, a partir de 19h. Um certificado de participação de oito horas será entregue no final do encontro.

Possível extinção de 4 secretarias estaduais é alvo de críticas, no AM

SÍTIO GLOBO.COM, 24.02.2015

Na Aleam são notórios rumores das extinções da SDS, Secti, Seind e SEPM. Segundo deputados, cientistas, estudantes e índios se manifestam contra.



Índios cobraram atuação dos parlamentares contra possível extinção de secretaria dos povos indígenas
(Foto: Adneison Severiano/G1 AM)

O Projeto de Lei (PL) da Reforma Administrativa estadual ainda não chegou à Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas (Aleam), mas já tem gerado polêmica. A possibilidade de extinção de quatro secretarias estaduais tem sido alvo de críticas de parlamentares, pesquisadores e movimentos sociais. Um grupo indígena se manifestou contra as possíveis mudanças na estrutura estadual, na manhã desta terça-feira (24), em Manaus.

Na Aleam são notórios rumores das extinções das secretarias de Estado do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (SDS); da Ciência, Tecnologia e Inovação (Secti); da Secretaria de Estado para os Povos Indígenas (Seind); e Secretaria Executiva de Política para Mulheres (SEPM).

CONT.



Embora o teor da proposta de reforma administrativa ainda seja uma incógnita, as possíveis alterações na estrutura do governo têm causado preocupação, principalmente dos povos tradicionais. O motivo é a possibilidade do estado perder a secretaria responsável pela articulação de direitos que beneficiam os índios.

Na manhã desta terça-feira, grupos de diversas etnias estiveram na Assembleia Legislativa para pressionar os parlamentares. O ato foi promovido pelo Movimento Etno Cultural de Mobilização do Amazonas (MECMAM). O movimento estima que 180 mil índios possam ser afetados, caso a Secretaria para os Povos Indígenas seja extinta.

"Queremos a permanência da Seind, pois a extinção da secretaria seria a redução também de ações e recursos para os índios. Seria um abalo aos direitos indígenas no Amazonas. Além disso, pedimos a mudança dos gestores da secretaria", afirmou o líder indígena Zeca Kokama ao G1.

O MECMAM solicitou reunião com o governador do Amazonas, José Melo (PROS), no último dia 19, mas ainda não há previsão de o movimento ser recebido para tratar do assunto.

Reação

As possíveis mudanças, que serão propostas na Reforma Administrativa, têm recebido críticas de vários parlamentares. O deputado José Ricardo (PT) considera a extinção das secretarias como retrocesso.

"Tivemos um avanço na medida em que foram criadas algumas secretarias para dar uma atenção prioritária para segmentos importantes da sociedade. O Amazonas é o estado com maior quantidade de povos indígenas do país e uma riqueza cultural que precisa ser trabalhada com uma secretaria desenvolvendo vários programas e projetos para trabalhar a valorização", destacou o parlamentar.

A extinção da secretaria de Ciência e Tecnologia enfraqueceria a estrutura do segmento no Amazonas, de acordo com José Ricardo, que já foi procurado por pesquisadores e estudantes do estado.

O parlamentar disse pretende lutar contra as mudanças, mesmo com a reduzida bancada de oposição existente na Aleam. "Precisamos ampliar mais parcerias e buscar mais recursos federais. Mas, se diminui essa estrutura, teremos mais dificuldade de acesso. Nem os pesquisadores, professores e estudiosos foram ouvidos pelo governo. Parece que o governo está se preocupando aparentemente em cortar gastos e secretarias, mas não tem uma preocupação de metas e objetivos claros", afirmou José Ricardo.

O governo do Amazonas pretende conseguir uma economia de R\$ 700 milhões ao ano com as mudanças na estrutura estadual. Entretanto, na avaliação do deputado estadual Vicente Lopes

CONT.



(PMDB), em vez de extinguir a Seind, o governo poderia cortar gastos de secretarias que possuem expressivos orçamentos como, por exemplo, a de Comunicação, que teria utilizado R\$ 50 milhões em 2014.

"A Seind teve um orçamento de R\$ 4 milhões, sendo que R\$ 3,3 milhões foram usados para pagamento de pessoal, ou seja, resta menos de um milhão para trabalhar a qualidade de vida da população indígena. É um pequeno orçamento para aquilo que representa. É o mesmo que tirar de quem não tem nada para economizar. Vejo isso com muita preocupação pelas fragilidades da saúde e educação indígena", enfatizou o parlamentar em discurso no plenário nesta terça.

Reforma

O envio da Reforma Administrativa para Aleam vem registrando sucessivos adiamentos. A previsão inicial era que a PL fosse encaminhada na primeira sessão parlamentar, que ocorreu no último dia 3 deste mês. Entretanto, a proposta não foi enviada e a entrega ficou para o dia 4. A nova previsão dada pelo governo era que após o carnaval a proposta seria enviada. Até a manhã desta quinta-feira, o Projeto de Lei não havia chegado à Casa.

"Espero que a demora para a vinda desse projeto para Assembleia signifique que as equipes técnicas e o próprio governador tenham feito uma reflexão maior daquilo que pode ser feito para enxugar o gasto público sem afetar a Secti, Seind e SDS. São três áreas estratégicas e importantíssimas para o desenvolvimento do interior do Amazonas. Extinguir a Secti contraria a lógica, já que a secretaria tem importantes parcerias para buscar soluções para melhorar a qualidade de vida. Estamos no coração da floresta Amazônica e precisamos de uma secretaria com mais força. A Secretaria de Povos Indígenas é emblemática por que o Amazonas é o estado brasileiro que reúne indígenas autorreconhecidos", ressaltou deputado Luiz Castro (PPS).

Ao G1, a Agência de Comunicação do Governo do Amazonas (Agecom) informou que a reforma administrativa que será promovida pelo Governo do Amazonas "está sendo planejada de forma a otimizar os gastos da máquina pública estadual, observando também as demandas existentes para não causar prejuízo às políticas sociais do Estado. Portanto, a definição sobre extinções de secretarias só será anunciada quando concluída a reforma que será encaminhada à Assembleia Legislativa do Amazonas, ainda esta semana", disse a nota.



Índios Guajajaras protestam em frente a sede do governo em São Luís

SÍTIO GLOBO.COM, 24.02.2015

Grupo indígena reivindica melhorias na educação, transporte e saúde. Eles estão acampados na Praça Dom Pedro II, no Centro Histórico

Cerca de 80 índios da tribo Guajajaras vieram de Grajaú a São Luís para reivindicar melhorias nas áreas de educação, transporte e saúde. Eles acamparam em frente ao Palácio dos Leões, na tarde desta terça-feira (24), e cobraram do governo a retomada do diálogo iniciado ainda na gestão passada.

Segundo Raimundo Guajajaras, uma das lideranças do movimento nenhum representante do governo apresentou proposta de melhorias para as tribos. "Mudou o governo e até agora ninguém falou com a gente. Queremos saber como vai ficar condições de escola, material escolar, merenda, transporte e que está nos preocupando muito. São dois anos de sofrimento e nenhuma empresa recebeu", declarou.

O grupo indígena se dividiu e ocupa as áreas da sede da Fundação Nacional do Índio, no bairro do Anil, e outra na sede da Secretaria de Educação do Estado.

Em nota enviada ao G1 a Secretaria de Estado da Educação (Seduc) informou que gestores das áreas de alimentação, transporte escolar e engenharia se reuniram com as lideranças indígenas. Segundo a secretaria, a solução de parte das demandas apresentadas já está sendo encaminhada pelo estado. Confira a nota na íntegra.

Nota

A Secretaria de Estado da Educação (Seduc) informa que uma equipe de gestores das áreas de alimentação, transporte escolar e engenharia da Seduc está reunida, neste momento, com as lideranças indígenas. Ressalta ainda que parte das demandas apresentadas pelo grupo já vem sendo encaminhada pelo Estado no intuito de sanar o mais breve possível os problemas deixados pela gestão passada na educação indígena.



Grupo caminha cerca de 3h em busca de serviços do Ribeirinho Cidadão

SÍTIO POCONET, 24.02.2015

Há meses a espera da chegada da equipe do Projeto Ribeirinho Cidadão, realizado pela Defensoria Pública, Tribunal de Justiça e parceiros, um grupo de 14 pessoas andou por cerca de três horas a pé em busca dos serviços oferecidos à população. Os ribeirinhos moram em Retiro São Bento, comunidade abrangida pelo atendimento realizado em São Pedro de Joselândia.

Dentre os serviços procurados estavam exame de vista, clínico geral, bolsa família, orientação jurídica e documentos. "Saímos de casa às 6h da manhã para conseguir fazer tudo que precisamos. Andamos com água no joelho por cerca de três horas, mas não tínhamos outra maneira. Estávamos há muito tempo esperando a chegada do Ribeirinho", pontuou Linete de Alvarenga.

O grupo era composto por 13 mulheres e um homem, sendo que várias delas ainda trouxeram os filhos no colo. À exemplo de Laura Maria da Rosa que estava há um mês com os dois filhos, sendo um de três anos e outro de um, gripados. "Eu precisava da consulta médica e remédio, mas é muito difícil sair da comunidade".

Já Sebastião Souza Penha buscava atendimento para a mãe de 86 anos que há duas semanas teve um derrame e ficou com um lado do corpo paralisado. "Ela está com muita dor e não tem como sair de casa de charrete. É muito perigoso, ela pode não aguentar". A médica voluntária do Ribeirinho, Jamila Leite, foi até a comunidade, examinou a mãe de Sebastião, checkou o medicamento e receitou novos.

Fonte: Da Redação

Barco da Justiça leva atendimento jurídico a ribeirinhos no Pantanal

SÍTIO CORREIO DO ESTADO, 24.02.2015

Na embarcação haverá juiz, servidor judiciário, oficial de justiça, promotor e defensor público



Ribeirinhos de Corumbá receberão atendimento jurídico
(Foto: Divulgação)

A população ribeirinha de Corumbá vai receber no próximo dia 2 de março, um navio que levará atendimento jurídico pelos rios do Pantanal para os habitantes de localidades na margem do rio.

O projeto, que é uma parceria entre o Poder Judiciário de Mato Grosso do Sul e a Marinha do Brasil começa quando o Navio de Assistência Hospitalar Tenente Maximiano navegará pelo Rio Paraguai atendendo os moradores ribeirinhos. Na embarcação estará um juiz, um servidor judiciário e um oficial de justiça, além da presença de um promotor público e de um defensor público, que ouvirão os conflitos desta população que vive longe dos centros urbanos.

O serviço é vinculado ao Juizado Especial da Comarca de Corumbá e tem o propósito de conhecer e transformar a realidade dos pantaneiros, verificando os tipos de conflitos e demandas judiciais existentes, levando a justiça e informando as comunidades às margens do Rio Paraguai.

O navio funcionará nos mesmos moldes do ônibus da Justiça Itinerante, como já ocorre na Capital e em Dourados. O objetivo é atender não só os casos de competência do juizado especial, mas também outros casos como registros públicos e crimes de violência contra a mulher e à criança e ao adolescente, explicou o juiz Emerson Ricardo Fernandes, do Juizado Especial de Corumbá, que estará a bordo do navio na primeira viagem. "A intenção é identificar as demandas e, se possível, com a intervenção do promotor e do defensor público, resolver o problema na hora. Caso o fato seja de competência de outra vara, a questão será reduzida a termo e levada para a sede da Comarca de Corumbá".

O trajeto da primeira missão será percorrido durante quatro dias, pelo tramo sul do Rio Paraguai, sentido Porto Murtinho. As comunidades de Albuquerque, Porto Esperança, Porto da Manga e Porto Morrinho, que juntas tem uma população estimada de 600 habitantes, serão as primeiras a serem atendidas com os serviços judiciais.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 34/2015

Brasília, 25 de fevereiro de 2015.

O projeto é ambicioso pelas características da Comarca de Corumbá, que tem a maior extensão territorial de Mato Grosso do Sul, onde fica o Pantanal, ecossistema de planícies alagáveis (Patrimônio Natural da Humanidade concedido pela Unesco – ONU) e também a divisa internacional do Rio Paraguai, marco natural da fronteira brasileira com a Bolívia e o Paraguai.



Projeto Água Saudável vai beneficiar 15 mil famílias ribeirinhas

SÍTIO AGÊNCIA PARÁ, 24.02.2015

O projeto Água Saudável vai beneficiar 15 mil famílias, promovendo o consumo de água de qualidade com a aquisição de Sistemas de Tratamento de Água e instalação deles nas comunidades. O projeto foi apresentado nesta terça-feira (24) para sete municípios contemplados, no auditório da Secretaria de Estado de Assistência Social, Trabalho, Emprego e Renda (Seaster).

O investimento é fruto de convênio entre o Governo do Pará e a Eletronorte, a partir da aprovação do projeto, no valor de R\$ 23 milhões. "O projeto Água Saudável é mais uma solução sustentável que o governo viabiliza para as populações do interior, levando água potável como via de inclusão social. Nosso foco é a universalização do acesso à água no interior do Estado para consumo e uso na produção", ressalta o titular da Seaster, Heitor Pinheiro.

Estiveram na reunião secretários municipais de assistência social de sete municípios, que devem definir o número de famílias a serem beneficiadas. Participou também o prefeito de Breu Branco, Admilson Mazzumo, que destacou a importância do projeto para o município. "Temos famílias que ainda sofrem com a falta de água potável para beber e sobreviver, e esse projeto será de fundamental importância para garantir a saúde dessas famílias", destacou.

Abrangência – O projeto será executado na região do Tocantins e em Tucuruí, beneficiando 15 mil famílias distribuídas em doze municípios (Baião, Cametá, Igarapé Miri, Limoeiro do Ajuru, Mocajuba, Breu Branco, Goianésia, Itupiranga, Jacundá, Nova Ipixuna, Novo Repartimento e Tucuruí).

Os beneficiários serão famílias de populações ribeirinhas atingidas ou deslocadas pela implantação da Usina Hidrelétrica de Tucuruí e que estão em situação de vulnerabilidade social, com perfil Cadúnico, beneficiárias do Programa Bolsa Família. Com o cadastramento das famílias beneficiárias, o próximo passo é capacitar as famílias sobre segurança alimentar e nutricional e instalar os sistemas. A previsão para execução corresponde ao período de 2015 e 2016, com início das atividades nos municípios ainda no primeiro semestre de 2015.

Inara Soares

Secretaria de Estado de Assistência Social, Trabalho, Emprego e Renda



Cheia do Rio Acre faz Rio Branco decretar situação de emergência

SÍTIO GLOBO.COM, 24.02.2015

*Previsão é que o nível do rio continue subindo.
Cheia do Rio Acre atinge ainda outros três municípios.*

A prefeitura de Rio Branco decretou situação de emergência devido à cheia do Rio Acre, nesta terça-feira (24). O nível do rio atingiu 15,53 metros, segundo medição das 9h, e atinge mais de 20 localidades, entre bairros e comunidades rurais.

De acordo com a Defesa Civil, até esta terça, 192 famílias, entre 355 adultos, 251 crianças, 71 adolescentes, 5 grávidas, 5 deficientes e 21 idosos foram levados para o abrigo montado no Parque de Exposições, totalizando 708 pessoas. A previsão é que o nível continue subindo nas próximas horas.

Segundo o comandante da Defesa Civil Municipal, coronel George Santos, os principais bairros atingidos são Baixada da Habitasa, Airtton Senna, Taquari e uma parte da Cidade Nova, além de comunidades ribeirinhas. Ele acredita que o número de famílias atingidas pelas águas do Rio Acre deve continuar aumentando, já que o nível do rio em Rio Branco permanece subindo, em virtude da elevação que ocorreu nos municípios de Assis Brasil, Brasiléia e Xapuri desde a quarta-feira de cinzas (18). O número de boxes será ampliado no Parque de Exposições.

"Nós tínhamos 168 boxes que foram construídos no Parque de Exposições, já na primeira vez que o nível do Rio Acre atingiu 12 metros este ano. Estamos ampliando essa capacidade com a construção de mais 300 boxes. Isso dá um suporte maior para a assistência às famílias", diz.

Ele orienta que as famílias atingidas liguem para o 193 caso precisem de auxílio e pede. "A orientação que nós damos para as famílias é que liguem para o número 193, onde é feito todo despacho para os locais e o contato com os coordenadores do local. O critério utilizado para a retirada de famílias é que dependendo do horário do que a família faz o chamado, nós fazemos uma projeção em que ela pode ser atingida naquele momento, ou seja, com a tendência de elevação, quanto está faltando para atingir a residência, porque trabalhamos com prioridades", explica.



Número de boxes será ampliado no Parque de Exposições. Foto tirada nesta segunda-feira (23) (Foto: Iryá Rodrigues/G1)

CONT.



Decreto

A partir da publicação do decreto de situação de emergência ficam autorizadas as autoridades administrativas e os agentes de defesa civil diretamente responsáveis a entrar nas casas, a qualquer hora do dia ou da noite, mesmo sem o consentimento do morador, para prestar socorro ou para determinar a pronta evacuação dos locais. Permite ainda usar da propriedade, inclusive particular, em circunstâncias que possam provocar danos ou prejuízos ou comprometer a segurança de pessoas, instalações, serviços e outros bens públicos ou particulares, assegurando-se ao proprietário indenização ulterior, se houver danos.

Entre os requisitos para o decreto estão o fato de mais de 2.400 edificações terem sido atingidas pela cheia do conforme levantamento realizado pelo Departamento de Gestão da Informação da Prefeitura de Rio Branco.

Calamidade em Brasiléia e emergência em Xapuri

A cheia do Rio Acre atinge ainda os municípios de Brasiléia, Epitaciolândia e Xapuri. Ao todo, mais de 3,8 famílias foram afetadas diretamente pela cheia. Na segunda-feira (23), a prefeitura de Brasiléia decretou estado de calamidade pública, após 100% da cidade ser tomada pelas águas. Em Xapuri também foi decretada situação de emergência. No município, o nível do rio alcançou a marca de 16,38 metros e atingiu 3 bairros, 200 famílias.

Campanha de doação

O governo do Acre iniciou, nesta segunda-feira (23), uma campanha para arrecadar doações para a população dos municípios atingidos pela recentes enchentes dos rios acreanos. A ação faz parte do movimento "Acre Solidário", encabeçado pela primeira dama do estado, Marlúcia Cândida.

Pontos de coleta:

Organização das Centrais de Atendimento (OCA), na Avenida Brasil, Centro de Rio Branco.
Palácio das Secretarias
Quartel da Polícia Militar
Casa Civil
Igreja Batista do Bosque
Supermercados Araújo do Tangará, Aviário, Izaura Parente e Via Chico Mendes
Secretarias e autarquias estaduais

Rio Madeira pode atingir 16,70 metros nas próximas 48 horas, diz CPRM

SÍTIO GLOBO.COM, 25.02.2015

*Nível de alerta é de 16 metros, mas companhia diz que situação não é crítica.
Apesar de elevação, águas estão cerca de 2 metros abaixo de cotas de 2014*



Em 2014, região do Baixo Madeira, em Porto Velho, foi tomada pela água (Foto: Maríndia Moura/TV Rondonia)

A Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais (CPRM) informou que o Rio Madeira, em Rondônia, pode chegar a 16,70 metros nas próximas 48 horas. Nesta quarta-feira (25), a cota está em 16,54 metros, enquanto na terça-feira (24) estava em 16,48 metros. O nível de alerta é 16 metros. No entanto, segundo a CPRM, a situação não pode ser considerada crítica, já que o rio tem ficado nos últimos dias pelo menos dois metros abaixo dos números registrados em 2014, quando aconteceu a cheia histórica, que atingiu cerca de 97 mil pessoas no estado. Em 25 de fevereiro do ano passado, a medição marcou 18,51 metros.

De acordo com a CPRM, também não é preciso preocupação com o período chuvoso em Rondônia, que vai até meados de abril. Isso porque o nível do Rio Madeira é influenciado pelas bacias dos rios Mamoré e Beni, que nascem na Bolívia e no Peru, e, por isso, as chuvas que caem naqueles países é que refletem no nível do rio no Brasil. "O que chove na área urbana de

CONT.



Porto Velho não influencia diretamente na elevação no nível do Madeira, mas sim em problemas de drenagem urbana e elevação dos igarapés urbanos, mas não necessariamente no nível do rio", esclareceu Francisco Reis, engenheiro hidrólogo da companhia.

O engenheiro explicou que, nas próximas semanas, a previsão é de chuva acima da média nas cabeceiras dos rios na Bolívia e no Peru e que isso vai se refletir no Madeira, que continuará em elevação até março. Ainda assim, Francisco descarta a possibilidade de uma nova enchente como a registrada em 2014. "A gente não espera um nível tão elevado como de 2014, apesar do nível estar acima da média. Porém, no momento, o nível está bem abaixo em relação a 2014", avaliou.

A CPRM mantém 54 estações de monitoramento, que utilizam equipamentos de ponta para medir o nível dos rios em Rondônia e no Acre. Sobre a situação no estado vizinho, onde quatro municípios já estão alagados – Rio Branco, Assis Brasil, Brasileia e Xapuri –, a companhia informou que a cheia do Rio Acre, que já está três metros acima da cota máxima, não tem qualquer influência sobre o Rio Madeira.

Além disso, conforme a companhia, diferentemente de Rondônia, no Acre, as chuvas que caem no Brasil afetam diretamente as águas do rio. "O Rio Acre tem a nascente em parte do Peru, mas o que está influenciando hoje são os rios que ficam dentro do Brasil, que são o Xapuri e o Espalha. As chuvas que estão caindo no Brasil é que estão influenciando esse nível elevado na bacia do Rio Acre", informou Francisco Reis.

Cheia histórica

A marca histórica do Rio Madeira até o momento é de 19,74 metros, registrada em 2014. A cheia atingiu os municípios de Porto Velho, Nova Mamoré e Guajará-Mirim e afetou cerca de 97 mil pessoas, sendo que 35 mil ficaram desabrigadas ou desalojadas. No início, as famílias foram levadas para escolas e igrejas, mas posteriormente foram alocadas em barracas no Abrigo Único da capital, para não prejudicar o ano letivo.

Os custos para a recuperação total dos locais afetados foram estimados em R\$ 4,2 bilhões e o tempo necessário foi calculado em 10 anos.



Conselho de Igualdade Racial define prioridades da gestão

SÍTIO PORTAL BRASIL, 25.02.2015

Novos integrantes vão focar em ações afirmativas, juventude negra, atuação internacional e as comunidades tradicionais

Os novos conselheiros do Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Racial (CNPIR) deram início na manhã dessa terça-feira (24) à 49ª Reunião Ordinária do Conselho, em Brasília. A atividade tem caráter de alinhamento estratégico e definição de prioridades para o biênio 2015 – 2016.

Em sua fala de saudação, a presidenta do CNPIR e ministra da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (Seppir), Nilma Lino Gomes, destacou a importância do Conselho e seu papel na construção das políticas de igualdade racial. “Hoje o desafio é governo e sociedade civil traçarem estratégias para temas comuns sem perder suas identidades”, enfatizou a ministra. Lino Gomes completou: “O momento atual exige atenção e prudência no tratamento de nossa pauta, então não podemos perder o foco de nosso trabalho, que é a promoção da igualdade racial”.

A ministra falou ainda sobre as prioridades da secretaria para a atual gestão. “A atual gestão tem quatro eixos prioritários: as ações afirmativas, a juventude negra, a atuação internacional da Seppir e os povos e comunidades tradicionais”.

Na 49ª reunião, será definido o calendário das reuniões ordinárias para o ano de 2015 e a construção do Plano de Trabalho para esse período. A reunião continua nesta quarta-feira (25).

CNPIR

O Conselho Nacional de Políticas de Igualdade Racial é composto por 22 órgãos do Poder Público Federal, 19 entidades da sociedade civil, escolhidas através de edital público, e por três notáveis indicados pela Seppir.

A instituição é um órgão colegiado, de caráter consultivo e integrante da estrutura básica da Secretaria. Presidido pela ministra, o órgão tem como finalidade propor, em âmbito nacional, políticas de promoção da Igualdade Racial com ênfase na população negra e outros segmentos raciais e étnicos da população brasileira.

Além do combate ao racismo, o CNPIR tem por missão propor alternativas para a superação das desigualdades raciais, tanto do ponto de vista econômico quanto social, político e cultural, ampliando, assim, os processos de controle social sobre as referidas políticas.

Fonte: Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial.



Boletim de Notícias - Edição nº 34/2015

Brasília, 25 de fevereiro de 2015.

Programa Vale Universidade Indígena oferece 174 vagas

SÍTIO CORREIO DO ESTADO, 25.02.2015

O processo seletivo 2015 oferece 45% a mais de vagas em relação ao processo anterior



PVUI está com 174 vagas para processo seletivo de 2015
(Foto: Divulgação)

O Programa Vale Universidade Indígena (PVUI) está com 174 vagas para o processo seletivo de 2015, e as inscrições podem ser feitas a partir de 6 de março. O projeto é executado pela Secretaria de Estado de Direitos Humanos, Assistência Social e Trabalho (Sedhast).

O processo seletivo 2015 oferece 45% a mais de vagas em relação ao processo anterior. No ano passado foram oferecidas 120 vagas.

Interessados em participar do processo seletivo devem acessar o site da Sedhast (www.sedhast.ms.gov.br) e efetuar a inscrição até o dia 19 de março.

Programa Vale Universidade Indígena

O PVUI tem como objetivo assistir ao acadêmico da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS), por meio de uma auxílio financeiro no valor de R\$ 300,00 mensais mais vale-transporte e garantir oportunidades de experiências profissionais por meio de atividades desenvolvidas em órgãos da administração pública federal, estadual e municipais, além de organizações não governamentais.

Esse programa começou a ser executado em 2007 e já atendeu a mais de 800 acadêmicos. Serviço - Mais informações sobre o PVUI podem ser obtidas pelos telefones: (67) 3314-4827, 3314-4841, 3314-4842 e 3314-4890.



Relatório da Anistia Internacional destaca violência no mundo e crise da segurança pública no Brasil

SÍTIO MAX PRESS NET, 25.02.2015

Documento fornece uma visão abrangente dos direitos humanos em 160 países, incluindo o Brasil, durante o ano de 2014

A Anistia Internacional lança hoje, 25 de fevereiro, o Relatório 2014/15 - O Estado dos Direitos Humanos no Mundo. Internacionalmente, 2014 foi um ano catastrófico para milhões de pessoas, atingidas pela violência. A resposta global a conflitos e abusos por Estados e grupos armados tem sido vergonhosa e ineficaz. Já no Brasil, o destaque é o agravamento da crise da segurança pública.

Pergunta 1: Como a Anistia percebe o agravamento das crises humanitárias internacionais?

R: O mundo tem vivido nos últimos anos uma espiral de violência que tem levado a crises humanitárias muito graves envolvendo os confrontos armados entre governos e entre atores não-estatais, mas que exercem controle de território, como é o caso do Estado Islâmico, como é o caso do Boko Haram na Nigéria, e as respostas violentas dos governos a situações de terrorismo ou de insegurança pública, com muita frequência estão levando ao agravamento destes conflitos, causando um ambiente de cerceamento de direitos, de violações de liberdades civis e políticas, nas quais as principais vítimas são as populações civis. Então, nós observamos estas graves crises em diversos países: na Síria, na Nigéria, no Sudão do Sul, na República Centro-Africana. Todos estes países, todas estas nações, têm sido afligidas, tem sido tragadas por esta espiral de violência. E é necessário que os governos formulem respostas a estas situações de crise que passem pelo fortalecimento dos direitos e não pela sua violação.

Pergunta 2: E como você vê a resposta a esta crise nos países europeus e Estados Unidos?

R: A resposta da Europa e dos Estados Unidos às crises humanitárias tem sido muito ineficiente, sobretudo pela incapacidade e omissão diante das crises de refugiados. Nós temos hoje no mundo, dezenas de milhões de refugiados, mais do que existiam por exemplo ao final da 2ª Guerra Mundial. E quase sempre a resposta dos países ricos tem sido de negar e impedir o acesso desses refugiados aos seus territórios. Então quem de fato tem encarado o fardo de receber estas emergências humanitárias têm sido países em desenvolvimento, como a Turquia e o Paquistão, que são vizinhos a estas regiões de conflito, mas que muitas vezes não tem os recursos econômicos necessários para lidar com este fluxo de milhões de refugiados. Então é necessário um engajamento mais forte dos países ricos. Eles têm esta responsabilidade e não têm vivido à altura dela.

CONT.



Entrevista parte 1

Pergunta 3 - E como você vê o papel do Brasil neste contexto internacional?

O Brasil tem sido chamado de maneira crescente a exercer um papel de liderança e de responsabilidade em vários debates internacionais relevantes sobre direitos humanos que vão desde o tratado de comércio de armas até a aceitação de refugiados, passando pelas grandes negociações de direitos humanos na ONU - no Conselho de Direitos Humanos em Genebra ou na Assembleia Geral em Nova York. O Brasil tem desempenhado algumas atuações-chave em temas como a privacidade na internet e como a não discriminação por orientação sexual. Agora, é necessário que o Brasil aprofunde esta agenda, que o Brasil se engaje de maneira mais intensa nos debates sobre direitos humanos. Chama atenção, por exemplo, que o Brasil não tenha ratificado até hoje o tratado de comércio de armas, embora tenha assinado este acordo no primeiro dia. E é necessário também que o Brasil tenha uma postura mais crítica aos grandes violadores de direitos humanos nos fóruns internacionais. Em muitos casos há uma grande relutância e cautela do Brasil em fazer esta crítica, em realmente expor estes países que estão sendo graves violadores. E a palavra do Brasil tem peso. O Brasil é um país respeitado pela sua moderação, pelo seu equilíbrio e pode fazer uma diferença positiva em várias situações de crise.

Entrevista parte 2

Pergunta 4: O relatório mostra que no ano de 2014 não houve mudanças significativas quanto à forma que os governos lidam com a segurança pública. Como a Anistia Internacional avalia a segurança pública no Brasil?

A segurança pública no Brasil vive hoje uma crise muito grave e que se reflete de várias maneiras. Nós podemos observá-la, por exemplo, no aumento dos homicídios cometidos por policiais, que tiveram um crescimento muito impressionante ao longo de 2014, sobretudo no Rio de Janeiro e São Paulo; podemos vê-la também na enorme impunidade que graças com relação a violações de direitos humanos cometidas por agentes do Estado; Na dificuldade de se investigar homicídios no Brasil, já que em torno de 85% deles permanecem impunes, sem que as autoridades consigam apontar quem foram as pessoas responsáveis por estes crimes. E tudo isso cria um sentimento de medo, tudo isso cria uma angústia na população muito ruim, muito preocupante para toda a sociedade e que torna também mais difícil a mobilização social, torna mais difícil a articulação das pessoas na defesa de seus direitos, uma vez que muitas vezes elas acabam cerceadas pelo medo e preocupadas com esta violência muito grande no cotidiano.

Entrevista parte 3

Pergunta 5: Você pode exemplificar dados da violência no Brasil?

CONT.



Bom, temos vários casos que estão cobertos no relatório deste ano. Há casos expressivos como o do pedreiro Amarildo, no Rio de Janeiro, que desapareceu após ser levado para uma Unidade de Polícia Pacificadora e o Ministério Público acredita que ele foi morto sob tortura por policiais desta unidade; Há o caso da Claudia Ferreira da Silva, também no Rio de Janeiro, que foi atingida por disparos feitos por policiais e depois foi arrastada por estes policiais na sua própria viatura policial e acabou falecendo em decorrência desses ferimentos; Ou o caso do dançarino Douglas da Silva, também no Rio, na comunidade do Cantagalo, que apareceu morto após uma operação policial, com ferimentos de bala; Tudo isso aponta para um cenário de segurança extremamente frágil, extremamente instável e marcado por esta impunidade, marcado por esta dificuldade de que o Estado possa controlar a si mesmo. De que o Estado possa fazer valer a transparência, a prestação de contas sobre seus próprios agentes. E claro, temos também níveis grandes de violência rural no Brasil, de violência contra povos indígenas, contra quilombolas, contra pequenos agricultores. Aí temos diversas situações nos estados do Mato Grosso do Sul, contra os Guarani Kaiwoá; ou no Estado do Maranhão, contra comunidades quilombolas; e muito também na enorme ameaça, enorme persistência de violência contra defensores de direitos humanos, contra ativistas que estão mobilizados Brasil afora pela defesa de vários direitos importantes e que têm sua atuação marcada pela constante ameaça de violência, inclusive do homicídio.

Entrevista parte 4

Sobre a Anistia Internacional

A Anistia Internacional é uma organização de direitos humanos com mais de sete milhões de apoiadores em 216 países. A organização investiga, expõe abusos e realiza campanhas para proteger pessoas e comunidades que tem seus direitos humanos ameaçados ou violados. A Anistia Internacional já recebeu diversos reconhecimentos pelo seu trabalho, inclusive o Prêmio Nobel em 1977.

Assessoria de imprensa:

Luciana Bento - (21) 98103.7215

lucianabento@pautapositiva.com.br

Lideranças Suruí afirmam ao presidente da Funai que não querem mais o projeto de carbono em suas terras

SÍTIO CIMI, 25.02.2015



Patrícia Bonilha
Assessoria de Comunicação Cimi

Doze lideranças do povo Paiter Suruí, da Terra Indígena (TI) Sete de Setembro, localizada no estado de Rondônia, afirmaram ao presidente da Fundação Nacional do Índio (Funai), Flávio Chiarelli, em uma reunião realizada na manhã de ontem (24), que desejam que o projeto de Carbono Florestal Suruí seja suspenso. Os principais argumentos apresentados pelas lideranças foram: as graves divisões ocorridas no povo; o não cumprimento das promessas de melhoria de vida da comunidade (enquanto, por outro lado, afirma que algumas poucas famílias têm se beneficiado bastante); o afastamento de lideranças e a centralização da representatividade do povo; e as ameaças feitas a vários integrantes do povo que, atualmente, se posicionam contrários ao projeto.

Assinado com a maior empresa brasileira de cosméticos, a Natura, em setembro de 2013, este projeto previa o sequestro de 120.000 toneladas*[1] de créditos de carbono na TI Sete de Setembro, no período de 2009 a 2012, por um valor divulgado na imprensa de R\$ 1,2

CONT.



milhão[2]. Por ser o primeiro projeto do mecanismo de Redução de Emissões por Degradação e Desmatamento (Redd) a ser realizado em terras indígenas com certificação internacional ganhou repercussão em todo o mundo, além de ser “vendido” pelas empresas que defendem a economia “verde” como um projeto modelo.

No entanto, desde que o atual cacique geral do povo, Henrique Iabaday Suruí, deu uma entrevista à edição de setembro do jornal Porantim sobre os severos impactos deste projeto, uma outra realidade foi desvelada. “As promessas foram muito boas: vida de maior qualidade, saúde, educação. Todo mundo contribuiu. Mas logo chegou conflito e faltou respeito. Somos todos culpados de aceitar isso, de assinar. Mas fomos enganados e estamos passando as consequências disso. Nosso povo cada vez mais sofre. Nos arrependemos. Este projeto não está dando certo para nós”, desabafou Jonaton Suruí, segundo cacique da aldeia Linha 14. Em seguida, ele afirmou que “se este projeto continuar, vão acontecer mortes, briga, cadeia. Não só entre os Suruí, mas com outros povos que também estão se envolvendo com estes projetos, como os Arara”.

Falando na língua Suruí, o ancião Joaquim, vice cacique geral, reforçou as preocupações de seus parentes Jonaton e Henrique. “Caímos na armadilha de uma proposta enganosa. Nós estamos aqui pedindo a suspensão deste projeto que a Funai também aprovou. Estamos aqui de frente com o presidente da Funai para que também assuma a responsabilidade com a gente. Não queremos mais este projeto no nosso povo”, declarou de modo enfático.

Em um documento entregue à Funai, indígenas de 10 povos de Rondônia afirmam:

“Exigimos urgentemente a suspensão e posterior cancelamento do Projeto de captura de Gás Carbono no território indígena Suruí e Cinta Larga e o impedimento de implementação de qualquer projeto que visa esse tipo de exploração em todos os territórios indígenas no estado de Rondônia e no Brasil;

Enfatizamos a responsabilidade da Funai pela implementação do Projeto Carbono no território Suruí, mesmo não havendo legislação que prevê tal iniciativa”.

Após explicar que a Funai deu parecer favorável ao projeto porque avaliou que o projeto beneficiaria a comunidade e devido à insistência de uma liderança do povo, Flávio Chiarelli, afirmou que os fatos relatados pelas lideranças Suruí presentes na reunião eram graves e que é preciso, primeiro, entender melhor o que está acontecendo. “Esta é a primeira vez que a comunidade diz que este projeto é um problema. Depois de ouvir mais vocês, podemos encaminhar para a Procuradoria para avaliar e, se for o caso, entrar com uma ação contra ele”, declarou.

A contínua luta pela terra

Após um debate sobre a necessidade de fortalecimento das coordenações regionais da Funai e

CONT.



do órgão como um todo, outro tema abordado durante a reunião da manhã foi a situação dos processos de demarcação de terras indígenas no estado de Rondônia e do Mato Grosso.

O diretor de Proteção Territorial da Funai, Aluísio Azanha, após fazer uma breve análise do difícil contexto político em que a Funai vem atuando, devido ao déficit de funcionários e ao contingenciamento e diminuição de recursos financeiros, para além das ofensivas contra os direitos indígenas, adiantou informações sobre alguns destes processos. Ele informou, por exemplo, que as terras indígenas Karitiana e Kaxarari enfrentam problemas judiciais e que em relação às terras Cujubim, Migueleno e Wajoro, não será possível instalar Grupos de Trabalho neste ano. Em relação à terra do povo Puruburá, em estudo, Azanha afirmou que será realizado o trabalho de campo na área reivindicada pelos indígenas ainda em 2015.

Como resposta, representantes do povo Puruburá, Antônio e Hosana, pediram agilidade da Funai em relação à demarcação desta terra e respeito ao povo. "A Funai tirou a gente da nossa terra original. Nunca tínhamos saído de lá. O sonho de nossos anciãos é ter a nossa terra demarcada, mas estão morrendo sem ver este sonho se realizar. Preciso viver escondida por conta das ameaças que sofremos", declarou Hosana Puruburá.

As discussões sobre os processos de demarcação de terras indígenas dos povos de Rondônia foram aprofundadas na reunião à tarde. No entanto, ainda na parte da manhã, várias lideranças manifestaram suas preocupações em relação à grave, e infelizmente bastante comum, invasão dos territórios indígenas do estado por madeireiros. Uma queixa consensual dos 10 povos presentes foi em relação ao sentimento que têm de estarem abandonados pela Funai e da necessidade deste órgão se fortalecer para proporcionar o apoio que os povos indígenas precisam como, por exemplo, em relação à fiscalização e punição de quem rouba madeira.

Leia na íntegra o [documento](#) entregue pelos povos de Rondônia à Funai

Leia também [Os Suruí e o projeto Carbono - Para que o mundo saiba](#)

Fazendeiros prometem realizar despejo de grupo Kaiowá "com as próprias mãos"
SÍTIO CIMI, 25.02.2015

Há exatamente uma semana atrás, o Cimi denunciou a lamentável investida de jagunços armados contra um jovem Kaiowá nas imediações de Naviraí, município ao sul do Mato Grosso do Sul. Em busca de informações sobre as lideranças da tekoha – lugar onde se é – Kurupi, cerca de 20 homens armados sequestraram um jovem de 17 anos e infringiram contra ele uma longa e aterrorizante sessão de tortura psicológica. Os aspectos deste crime, somados a sistemática onda de violência acometida contra os povos indígenas, revelam a continuidade da formação de milícias anti-indígenas por parte dos ruralistas no estado.

Apesar das constantes denúncias da comunidade de Kurupi, que chegou a protocolar formalmente ocorrência na Polícia Civil, Polícia Federal e Ministério Público Federal, os ataques continuam sem que os indígenas possam contar com nenhum tipo de proteção.

Ontem à noite, por volta das 20 horas, uma liderança de Kurupi ligou para um missionário do Cimi para pedir ajuda e narrar outro fato lamentável de covardia e violência contra sua comunidade. Segundo o relato, um indígena voltava para a comunidade indígena caminhando ao longo da BR-163 quando um fazendeiro conhecido da região, sujeito o qual os indígenas atribuem vários dos ataques sofridos desde o ano passado, o abordou de dentro de sua caminhonete, estacionando-a rente ao indígena e dizendo claramente que "as horas dos indígenas estavam contadas".



O fazendeiro prosseguiu com as ameaças afirmando que, uma vez que a Justiça não cumpriu com seu papel (referiu-se a um pedido de reintegração de posse indeferido pela Justiça), os fazendeiros tratariam de realizar o despejo dos indígenas "com as próprias mãos". Continuou dizendo que o ataque seria realizado à noite. Sorria e afirmava que seria "nesta noite ou em noite próxima" e que "uma vez que os indígenas não tenham entendido o último recado" (referindo-se ao atentado contra o jovem na semana passada), a solução seria "enterrar todos os indígenas definitivamente na terra que tanto querem".

O fazendeiro afirmou ao Kaiowá que não agirá sozinho e que trará consigo muitos "contribuintes" para executar a ação. Após a partida do agressor, o indígena correu pela BR

CONT.



até estar seguro dentro de seu tekoha. Minutos depois, um espectro de terror e apreensão recaiu sobre as famílias indígenas de Kurupi. Ao cair da noite, caminhonetes com os faróis apagados começaram a passar em frente ao tekoha mostrando objetos para os indígenas, que os mesmos presumem se tratar de armas. As caminhonetes pararam em frente ao Kurupi e lá permaneceram por mais de uma hora em caráter de vigília e cerco fechado. Depois partiram, deram a volta, voltaram a passar em frente ao Kurupi e então se aglomeraram com mais alguns veículos a poucos metros do tekoha. Terror psicológico. Ameaça declarada.

Enquanto isso, os indígenas puderam escutar o barulho de veículos rondando a parte de trás da área por eles ocupada. Os barulhos vinham justamente do local em que no dia 22 de outubro de 2014 uma caminhonete irrompeu a comunidade, a partir da mata, e tentou sequestrar um indígena cadeirante da comunidade.

Até o último contato estabelecido com a liderança de Kurupi, os indígenas afirmavam categoricamente que os carros continuavam lá e que os barulhos advindos da mata aumentavam. "Estamos aqui lembrando do sequestro do Ivo (cadeirante), das expulsões que sofremos, das mortes de dos parentes, escutamos os barulhos dos carros. Por favor, avise a polícia. Tente nos ajudar porque não temos mais ninguém. Sabemos do que eles são capazes, isso já sentimos na pele. Resistiremos como podemos, mas eles são muitos, que deus nos ajude".

Diante do exposto, o Cimi volta a denunciar as investidas abertas e criminosas de fazendeiros e jagunços na região de Naviraí. É inaceitável o silêncio das autoridades frente às inúmeras denúncias realizadas por este grupo Kaiowá, que luta pelo direito constitucional de ocupação de seu território tradicional, o que para eles significa uma última chance de viver com a mínima dignidade. A violência na região se faz presente e mora literalmente ao lado dos indígenas, em especial é vizinha à comunidade de Kurupi. Novamente alertamos: caso providências não sejam tomadas, o desfecho para esta situação será novamente uma tragédia há muito anunciada, simbolizada em um pedido de socorro calado pela força bruta dos ruralistas e pela inércia dos responsáveis por assegurar ao povo Kaiowá seu direito constitucional mais sagrado, o acesso à terra de ocupação tradicional.

A terra indígena em questão já foi definida, através dos estudos de identificação realizados pela FUNAI, como sendo de ocupação tradicional. É pequena e já se encontra muito degradada pela exploração ilegal dos próprios fazendeiros. Mas ainda assim este espacinho se constitui como um grande sonho e símbolo de esperança e de futuro para estes indígenas. Apesar de todo sofrimento e angústia, os Kaiowá ainda acreditam que um dia poderão criar seus filhos e filhas longe da beira das estradas. Mas, se perguntam sem poder responder a si mesmos como e até quando eles viverão submetidos a esta condição de exilados de suas próprias terras.

Filhos da Lua, a Voz dos Yanomami: saiu o trailer oficial em Português/Français
SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 25.02.2015



Documentário independente, "Filhos da Lua" mostra o combate travado pelo povo Yanomami na Amazônia brasileira para manter a sua cultura dentro de um contexto socio-político cada vez mais complexo, onde os povos indígenas são raramente consultados. Entre a mundialização, pilhagens de recursos naturais e o não respeito pelas suas terras ancestrais, os Yanomami têm cada vez mais dificuldades a fazer ouvir as suas vozes.

Baseado em testemunhos raros, os Yanomami partilham a sua visão do mundo e mostram as suas riquezas culturais assim como o seu mundo espiritual para sensibilizar as sociedades envolventes sobre essa realidade desconhecida. Assim sendo, os Yanomami alertam principalmente sobre a importância da escola indígena diferenciada, a preservação da sua própria cultura e o respeito pela Terra-Mãe.

[Assista ao vídeo.](#)

Se deseja apoiar o povo Yanomami, pode comprar o documentário em DVD. O dinheiro coletado será integralmente utilizado para um projeto definido por e com o povo Yanomami.

Mais informações: www.filhosdalu.net | www.facebook.com/filhosdaluafilm

X Encontro Nacional Sobre Leitura e Escrita em Sociedades Indígenas inicia nesta quarta (25)

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 25.02.2015

A conferência de abertura do evento terá o tema 'Educação Escolar Indígena, Leitura e Escrita em Sociedades Indígenas: contradições e contribuições'



A Crítica

O X Encontro Nacional sobre Leitura e Escrita em Sociedades Indígenas inicia hoje, quarta-feira (25). O encontro seguirá até o dia 27 de fevereiro, na Divisão de Desenvolvimento Profissional de Magistério (DDPM/Semed).

A conferência de abertura do evento terá o tema "Educação Escolar Indígena, Leitura e Escrita em Sociedades Indígenas: contradições e contribuições". O conferencista convidado é o pesquisador Bartolomeu Melia, que tem vivência com os povos indígenas. A produção dele se insere na etno-história, na linguística e na educação indígena.

O Encontro Nacional Sobre Leitura e Escrita em Sociedades Indígenas (Elesi) foi pensado para discutir como os indígenas lêem o mundo e como a introdução da escrita impacta a forma original de perceber a realidade. Você pode conferir a programação completa do evento aqui.

Foto: O evento almeja discutir, entre outras coisas, como a introdução da escrita impacta como os indígenas percebem a realidade (Divulgação/Seduc).

Proposta de Emenda que dá ao Congresso decisão sobre terras indígenas volta a ser analisada

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 25.02.2015



Rede Brasil Atual / Adital

A Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 215, que dá ao Congresso Nacional a decisão final sobre a demarcação das terras indígenas, foi desarquivada no último dia 13 de fevereiro e voltará a ser analisada na Câmara dos Deputados a partir da desta semana.

A PEC havia sido arquivada no fim do ano passado por causa do fim da última legislatura e voltará à pauta após um pedido pessoal do deputado federal Luis Carlos Heinze (Partido Progressista – PP- Rio Grande do Sul), que coordena a frente parlamentar da agropecuária e é um dos mais influentes representantes da bancada ruralista do Congresso. Atualmente, a atribuição de demarcações de terras indígenas é do Executivo.

Desde o fim de 2013, a PEC 215, que tramitava na Comissão de Constituição e Justiça da Câmara, passou a ser analisada por uma comissão especial com representantes do governo,

CONT.



parlamentares, agricultores e povos indígenas, organizados pelo Conselho Indigenista Missionário (Cimi). Os indígenas conseguiram evitar a votação da proposta, entretanto, com a pressão dos ruralistas a disputa deve ser reiniciada.

Cléber Buzatto, secretário do Cimi, disse à TVT que a aprovação da PEC alcançaria o objetivo pretendido pelos ruralistas de "impedir toda e qualquer nova demarcação das terras indígenas no país e, além disso, eles também preveem a possibilidade de questionar e reabrir procedimentos de demarcação", trazendo como consequência a instabilidade jurídica e o potencial aumento da violência contra povos indígenas.

A expectativa dos representantes dos povos indígenas é conseguir, nos próximos dias, um encontro com o presidente da Câmara, o deputado Eduardo Cunha (Partido do Movimento Democrático Brasileiro – PMDB – Rio de Janeiro), pelo rearquivamento da PEC 215. Caso a proposta permaneça na pauta e seja aprovada pela comissão especial, ainda terá de ser votada em dois turnos, no plenário da Câmara.

Foto: Indígenas protestam no Congresso Nacional contra paralisação nas demarcações de terra pelo governo federal.



Vale e ICMBio tentam conciliar lavra e conservação em Carajás

SÍTIO ISA, 25.02.2015

Vale entrou com termo de referência no Ibama para mina N3 e espera licença de operação da N5S em alguns meses

Francisco Góes

Na Floresta Nacional do Tapirapé-Aquiri, onde a Vale explora cobre, os índios xikrin-cateté mantêm a tradição de permanecer meses dentro da mata a cada ano para colher castanhas. A Tapirapé-Aquiri é uma das unidades de conservação da região de Carajás, sudeste do Pará, onde existe um "mosaico" de Floresta Amazônica. É nesse ambiente de mata nativa que a mineração de ferro se desenvolveu nos últimos 30 anos, desde que a Vale começou os embarques do produto nas jazidas da região, situadas dentro de outra área de conservação criada pelo governo federal em 1998, a Floresta Nacional de Carajás (Flona).

A Flona e a Tapirapé-Aquiri são vizinhas. Esse conjunto de unidades de conservação é formado ainda pela Floresta Nacional do Itacaiúnas, pela Área de Proteção Ambiental do Igarapé do Gelado e pela reserva biológica do Tapirapé. Juntas, essas cinco unidades perfazem um total de 8.679,5 km² de mata nativa, o equivalente a cinco vezes e meia o município de São Paulo. A Vale ajuda a proteger essas áreas em parceria com o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), a quem cabe a gestão das unidades de conservação federais.

A mineração contribuiu de forma decisiva para manter a floresta de pé desde o começo do Projeto Ferro Carajás, em 1981. Fora das áreas protegidas, a ocupação humana e atividades econômicas como a pecuária provocaram desmatamento da Floresta Amazônica na região. Como compensação pelo desenvolvimento de seus projetos, caso do S11D, na serra sul de Carajás, a Vale tem compromissos de reflorestamento com mata nativa em outros locais, fora das unidades de conservação. "No S11D haverá seis mil hectares recuperados na Serra da Bocaina", disse Leonardo Neves, gerente do departamento de meio ambiente e sustentabilidade da Vale na região norte. Neves disse que no entorno da Flona a Vale comprou 18 mil hectares que vão servir como "colchão" para a Flona. "Plantamos 100 mil mudas na região e a meta é plantar 300 mil até o fim do projeto do S11D."

Mesmo assim, os interesses da mineração e da conservação nem sempre são idênticos. A mineração nesse ambiente amazônico também impõe conflitos. Um deles está no fato de a mineração criar pressões no entorno das áreas protegidas. Grandes projetos minerais resultam em fluxos migratórios que ocupam áreas. A criação de unidades de conservação permitiu à Vale, nesse contexto, evitar que novas comunidades surgissem próximas de áreas ricas em minérios. "Hoje, a ocupação humana é mais difícil de ser derrotada politicamente do que a questão ambiental. Se tiver uma comunidade, uma vila, uma cidade, é mais difícil fazer

CONT.



mineração do que se tiver uma espécie ameaçada, uma lagoa ou uma caverna porque vai lidar com pessoas", diz Frederico Martins, chefe da Flona Carajás. Para ele, o principal conflito hoje refere-se à mineração nas áreas de canga dentro da Floresta Nacional de Carajás. A canga é uma savana adaptada ao solo rico em ferro e possui flora e fauna típicos. "Existem 41 espécies de flora apeados na canga de Carajás e esse número pode passar de 50", diz Martins. Há espécies que só surgem na serra norte de Carajás, como a Flor de Carajás (*Ipomoea cavalcantei*) e outras só na serra sul (*Ipomoea marabaense*). O decreto de criação da Flona Carajás diz que, consideradas as peculiaridades geológicas da área, incluem-se, entre seus objetivos de manejo a pesquisa, a lavra, o beneficiamento, o transporte e a venda de recursos minerais.

Nos últimos tempos, ganhou força a discussão sobre o avanço da lavra sobre as áreas de canga. Em 2014, o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) concedeu à Vale licença ambiental para ampliar a exploração nas minas N4 e N5, na serra norte. A licença permitiu à empresa começar a minerar o corpo N4WS, importante em 2015 e 2016. Mas a licença também estabeleceu condicionantes que deixaram indisponíveis, para a realização de atividades minerais, outros corpos nas serras norte e sul (S11B, S11C e Tarzan e N2, N3, N6, N7, N8 e N9), até que seja definida uma área testemunho de savana, ecologicamente viável. As áreas testemunho são áreas que o ICMBio quer preservar como amostras viáveis de espécies que compõem a diversidade da canga.

Apesar dessas condições, a Vale elaborou uma proposta de termo de referência para execução de estudos ambientais na mina de N3, ainda não explorada. O termo de referência é uma primeira etapa do processo de licenciamento. A Vale afirmou que o licenciamento desta área segue os planos de produção previstos para o longo prazo, não estando previsto no planejamento da empresa a curto prazo.

Para avançar a lavra nas áreas de canga em Carajás, será preciso concluir estudos científicos com áreas testemunho. "O ICMBio não quer que haja perda de biodiversidade. Nosso trabalho é compatibilizar a mineração com a conservação e ter populações viáveis a longo prazo", disse Marcelo Marcelino, diretor de pesquisa, avaliação e monitoramento da Biodiversidade do ICMBio. Essa amostra poderá ser uma fração do todo, mas terá que ser garantida. Marcelino disse que entre 2 e 4 de março haverá uma "oficina" para discutir a questão das áreas testemunho.

A Vale afirmou que existe um grupo de trabalho formado por técnicos da empresa e do ICMBio para discussão do tema. "O objetivo do grupo é verificar a melhor forma de como se dará a exploração destas áreas, aliando a prática do desenvolvimento sustentável ao desenvolvimento econômico, que se faz necessário para atender a balança comercial do país", disse a empresa. A Vale informa que utiliza 3% da Flona Carajás, que tem 392.725 mil hectares. Desse total, 11.380 hectares correspondem à canga, segundo o ICMBio. As expansões nas minas N4 e N5 mais a exploração do S11D vão aumentar de 21% para 34,6% a supressão da área de canga na Flona, o que ainda não coloca em risco a perda de biodiversidade, diz o ICMBio.

CONT.



A Vale afirmou que tem participado, juntamente com o ICMBio, de discussões técnicas sobre o tema. "Existe inclusive um termo de reciprocidade assinado entre as partes para evoluir conjuntamente no conhecimento sobre áreas de canga, bem como na escolha e definição de áreas que deverão ser protegidas e guardadas como acervo representativo naquele território. Assim, e dado que o tema encontra-se em discussão, e que todas as atividades da Vale, até a presente data, na Flona Carajás, já foram licenciadas e autorizadas por Ibama e ICMBio, respectivamente, constitui fato que a Vale vem seguindo rigorosamente seus compromissos legais e socioambientais, e encontra-se aguardando a definição sobre canga, de forma a destinar área que funcionará como representativa desse ambiente, ocorrente em áreas ferríferas", disse a empresa.

Outra discussão entre a conservação e a mineração refere-se às atividades minerais próximas de cavernas. Existe legislação sobre o tema. No caso de cavernas consideradas de máxima relevância, por exemplo, é preciso manter área de preservação de 250 metros em torno da cavidade. A mina N5S, em Carajás, que a Vale tenta avançar na lavra, é rica em cavernas. O Valor apurou que, neste caso, o Ibama teria definido um protocolo para permitir avançar a lavra em etapas na N5S. O Ibama confirmou que a Vale apresentou estudos complementares com o objetivo de avançar na lavra da mina N5S, que também precisará de autorização de supressão de vegetação. Mas esses estudos ainda estão em análise, disse o Ibama. A Vale disse que aguarda a licença de operação da N5S nos próximos meses.

No mercado, comenta-se que a Vale tem interesse em mudar a legislação sobre cavernas. A empresa afirmou: "A Vale, junto com outras empresas, através do Instituto Brasileiro de Mineração (IBRAM), tem participado ativamente das discussões sobre este tema, com apresentação de propostas para contribuir para a evolução técnica e jurídica das normas e procedimentos relacionados ao patrimônio espeleológico, garantindo o desenvolvimento sustentável de suas atividades. A legislação, hoje vigente, carece de revisão respaldada pela evolução dos estudos, conhecimentos e trabalhos já realizados. Além disso, vale destacar que a Vale é a empresa que mais vem estudando o tema cavidades no Brasil, contribuindo sobremaneira para o acervo técnico do ICMBio e capacitação profissional de profissionais desse Instituto e do Ibama.

O Ministério do Meio Ambiente informou que um comitê técnico consultivo concluiu os trabalhos para a revisão da instrução normativa número 2, de 2009, que trata de procedimentos para a definição de relevância das cavidades. "No Artigo 4, parágrafo 2o, da resolução Conama 347/97, está estabelecido que a área de influência sobre o patrimônio espeleológico será definida pelo órgão ambiental competente, que poderá, para este fim, exigir estudos específicos, a serem custeados pelo empreendedor. Já o parágrafo 3o, da mesma resolução, estabelece que, até que se efetive o previsto no parágrafo anterior, as áreas de influência das cavidades será a projeção horizontal da caverna acrescida de um entorno de 250 metros, em forma de poligonal convexa. Ou seja, este raio prevalece até que órgão ambiental competente defina a área de influência das cavernas, em qualquer categoria de relevância", afirmou em nota o MMA.

Valor Econômico, 25/02/2015, Empresas, p. B2

<http://www.valor.com.br/empresas/3925190/vale-e-icmbio-tentam-conciliar-lavra-e-conservacao-em-carajas>



José Melo descarta extinção da Secretaria de Povos Indígenas

SÍTIO D24AM, 25.02.2015

A declaração foi dada na sede do governo durante a apresentação do Programa Nacional de Governança Diferenciada das Execuções Fiscais

Dhyene Brissow / portal@d24am.com

Manaus – O governador do Amazonas José Melo (PROS) descartou a extinção da Secretaria de Povos Indígenas (Seind). A pasta era cotada como uma das que poderiam ser extintas e transformadas em departamento da Secretaria de Assistência Social (Seas).

“Ninguém nunca cogitou a extinção. O que houve foram especulações durante a nossa Reforma Administrativa. Em um Estado com mais de 400 etnias, como isso poderia acontecer?”, questionou.

Segundo o governador, as especulações podem estar ligadas à vontade de alguns grupos indígenas que reivindicam a substituição do atual secretário Bonifácio Baniwa. “Aqueles que não estiverem realizando um bom trabalho serão trocados”, afirmou, sem deixar claro se haverá uma substituição do titular, mas acrescentou que Bonifácio “está fazendo um bom trabalho”.

Em janeiro deste ano, deputados que participaram de uma reunião com o governador afirmaram que Melo planejava extinguir secretarias e transferir as atribuições delas para a Seas e a Secretaria de Estado de Planejamento (Seplan).

Segundo o deputado David Almeida, a Seas deveria assumir as atribuições das Secretarias da Mulher, de Povos Indígenas (Seind) e dos Direitos da Pessoa com Deficiência (Seped).

Apresentação de Programa Nacional

A declaração foi dada na sede do governo durante a apresentação do Programa Nacional de Governança Diferenciada das Execuções Fiscais, com a presença da ministra Nancy Andrighi. A intenção da mobilização é reduzir o número de processos de execução fiscal de Estado e prefeitura.

Segundo a ministra, são 12 mil processos no Estado e 300 mil na prefeitura. “Nós já implantamos o programa no Distrito Federal e o Amazonas é o primeiro Estado a receber o convite”, afirmou. A intenção é que em 90 aconteça um mutirão de negociações.

CONT.



O programa avança em três frentes: o cidadão e empresas, com a oportunidade de saldar dívidas, regularizando sua situação fiscal; o Judiciário, que encontra hoje na execução fiscal um de seus maiores gargalos, com a redução dos processos, e o Estado, com a recuperação do crédito público.

Os mutirões possibilitam que dívidas fiscais, relativas a qualquer tributo, sejam negociadas e possam ser pagas em postos bancários disponibilizados no mesmo local. O contribuinte participante pode sair da conciliação com sua certidão negativa de débito em mãos.

O governador afirmou, ainda, que com a implantação do programa a expectativa é arrecadar R\$ 1 bilhão referente a R\$ 1,2 bilhão de créditos nobres (relativos à multas, impostos, entre outros).

Índios da etnia Canela ocupam sede da Funai em Imperatriz, MA

SÍTIO GLOBO.COM, 25.02.2015

*Índios querem transferência de atendimento de Palmas para Imperatriz.
Funai afirma que está acompanhando o caso.*



Índios da etnia Canela ocupam sede da Funai em Imperatriz (Foto: Reprodução/ TV Mirante)

Índios da etnia Canela ocupam a sede da Fundação Nacional do Índio (Funai) em Imperatriz, no Maranhão desde essa terça-feira (24). Os índios reivindicam a transferência no atendimento da Coordenação Regional de Palmas, no Estado do Tocantins, para a regional de Imperatriz.

Os índios fazem parte das aldeias Porquinho e Velha, localizadas em Fernando Falcão, município da região sudeste do Maranhão. Pertencentes a área subordinada à Coordenação Regional Araguaia-Tocantins, sediada em Palmas, no Tocantins, os indígenas afirmam que a área em que estão, no sudeste do Maranhão, fica distante cerca de 1.500 km da Coordenação Araguaia-Tocantins, à qual estão subordinados, enquanto que, para Imperatriz, são apenas 400 km. "Só vamos sair daqui quando chegar uma ordem, uma portaria. Se não, vamos passar os dias que puder", disse o cacique da aldeia Velha, Antônio Kacrose Canela.

CONT.



O coordenador da Funai na regional Araguaia/Tocantins, Conceição Pereira, informou que tem conhecimento da discussão e está acompanhando o caso. Ele disse que está agendada uma visita às terras indígenas, tanto na regional do Maranhão, como na do Tocantins, com representantes da Funai de Brasília para tentar resolver o impasse.

São Luís

Na tarde de ontem, cerca de 80 índios da tribo Guajajaras reivindicaram melhorias nas áreas de educação, transporte e saúde. Eles acamparam em frente ao Palácio dos Leões, em São Luís, e cobraram do governo a retomada do diálogo iniciado ainda na gestão passada.

Em nota enviada ao G1 a Secretaria de Estado da Educação (Seduc) informou que gestores das áreas de alimentação, transporte escolar e engenharia se reuniram com as lideranças indígenas. Segundo a secretaria, a solução de parte das demandas apresentadas já está sendo encaminhada pelo Estado.



Ribeirinhos do Pantanal em MS terão atendimento da justiça a partir do dia 2

SÍTIO AQUIDAUANA NEWS, 25.02.2015

Uma parceria entre o Poder Judiciário de Mato Grosso do Sul e a Marinha do Brasil levará pelos rios do Pantanal atendimento jurídico à população ribeirinha de Corumbá. A primeira missão deste projeto-piloto será no dia 2 de março, quando o Navio de Assistência Hospitalar Tenente Maximiano navegará pelo Rio Paraguai atendendo os habitantes de localidades na margem do rio. Na embarcação estará um juiz, um servidor judiciário e um oficial de justiça, além da presença de um promotor público e de um defensor público, que ouvirão os conflitos desta população que vive longe dos centros urbanos.

O serviço é vinculado ao Juizado Especial da Comarca de Corumbá e tem o propósito de conhecer e transformar a realidade dos pantaneiros, verificando os tipos de conflitos e demandas judiciais existentes, levando a justiça e informando as comunidades às margens do Rio Paraguai.

O navio funcionará nos mesmos moldes do ônibus da Justiça Itinerante, como já ocorre na Capital e em Dourados. O objetivo é atender não só os casos de competência do juizado especial, mas também outros casos como registros públicos e crimes de violência contra a mulher e à criança e ao adolescente, explicou o juiz Emerson Ricardo Fernandes, do Juizado Especial de Corumbá, que estará a bordo do navio na primeira viagem. "A intenção é identificar as demandas e, se possível, com a intervenção do promotor e do defensor público, resolver o problema na hora. Caso o fato seja de competência de outra vara, a questão será reduzida a termo e levada para a sede da Comarca de Corumbá".

O trajeto da primeira missão será percorrido durante quatro dias, pelo tramo sul do Rio Paraguai, sentido Porto Murtinho. As comunidades de Albuquerque, Porto Esperança, Porto da Manga e Porto Morrinho, que juntas tem uma população estimada de 600 habitantes, serão as primeiras a serem atendidas com os serviços judiciais.

É mais um instrumento de acesso à justiça e também a reafirmação do Poder Judiciário junto à população carente do Estado, disse o Des. Marco André Nogueira Hanson, presidente do Conselho de Supervisão dos Juizados Especiais. Segundo o desembargador, "o projeto visa levar a justiça àquelas pessoas que estão sedentas de justiça, necessitando resolver conflitos de interesses. Esta é uma medida que propiciará o atendimento às pessoas carentes, que tem os seus direitos ofendidos, os mais básicos, e que não tem acesso ao Poder Judiciário por estar longe da sede da comarca".

O projeto é ambicioso pelas características da Comarca de Corumbá, que tem a maior extensão territorial de Mato Grosso do Sul, onde fica o Pantanal, ecossistema de planícies alagáveis (Patrimônio Natural da Humanidade concedido pela Unesco – ONU) e também a

CONT.



divisa internacional do Rio Paraguai, marco natural da fronteira brasileira com a Bolívia e o Paraguai.

O 6º Distrito Naval de Ladário, da Marinha do Brasil, comandado pelo contra-almirante Edervaldo Teixeira de Abreu Filho, é o responsável neste projeto pelo apoio logístico e de navegação pelo Rio Paraguai. A Marinha já faz atendimentos sociais às populações ribeirinhas de Corumbá. “Nós já fazemos um serviço de assistência social com médico e dentista e agora vamos também levar a justiça para o povo do rio. Tenho certeza que muitas dessas comunidades nunca tiveram a justiça tão próxima e ter um juiz tão perto será um grande ganho para essas pessoas”, explica o contra-almirante.

Autor da notícia: Secretaria de Comunicação – imprensa@tjms.jus.br.

Anistia Internacional destaca projetos do Congresso como ameaças aos direitos humanos de indígenas e quilombolas

SÍTIO CIMI, 25.02.2015



Fonte da notícia: Por Renato Santana, Assessoria de Comunicação – Cimi

O Informe 2014-15 da Anistia Internacional sobre violações internacionais de direitos humanos, divulgado nesta terça-feira, 24, destacou, em seu capítulo sobre o Brasil, iniciativas e projetos parlamentares, no âmbito do Congresso Nacional, entre as principais ameaças aos povos indígenas e comunidades quilombolas. Leia o informe na íntegra aqui.

A Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 215, que visa transferir do Executivo para o Legislativo a demarcação de terras tradicionais, e o novo Código de Mineração, que permite a exploração de áreas indígenas sem o aval da comunidade ao arrepio da Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), foram os exemplos usados pela Anistia.

“No fim do ano (2014), tramitava no Congresso um projeto de lei que, se aprovado, transferiria a responsabilidade pela demarcação de terras indígenas do poder Executivo para o Legislativo, onde a bancada do agronegócio tem grande poder. A proposta de um novo Código de Mineração também expõe as comunidades tradicionais ao risco de que atividades

CONT.



empresariais possam se instalar em suas terras sem sua permissão, o que viola o direito internacional”, diz trecho do informe.

No caso da PEC 215, em dezembro ela acabou arquivada, depois de pressão do movimento indígena e opinião pública, enquanto tramitava numa Comissão Especial criada pela Mesa Diretora da Câmara Federal. No entanto, com o início da nova legislatura, a bancada ruralista pediu a reabertura da comissão – antessala da votação em Plenário.

A nova legislatura do Congresso ressalta a preocupação da Anistia: os ruralistas passaram a ter maioria na Câmara Federal e aumentaram o número de senadores que rezam a cartilha do latifúndio. Para piorar a situação, o deputado Eduardo Cunha (PMDB-RJ) ganhou as eleições para a presidência da Câmara e menos de dois dias depois filiou-se à Frente Parlamentar Agropecuária. Tão logo teve a ficha abonada pelos ruralistas, abonou a reabertura da Comissão Especial da PEC 215.

Desde o início de fevereiro, delegações de povos indígenas de todo o país se dirigem semanalmente a Brasília para mobilizações e ações de sensibilização contra a PEC 215 e demais medidas do Legislativo e Executivo que atentem contra o direito à terra tradicional. Durante essa semana, povos de Rondônia visitarão deputados federais e farão protestos na Esplanada dos Ministérios.

Demarcação

A Anistia Internacional destaca a paralisação das demarcações das terras tradicionais como causa fundamental das violações dos direitos humanos das populações indígenas. O Mato Grosso do Sul continuou como exemplo mais emblemático da situação no Brasil, tal como nos anos anteriores.

“Em setembro de 2013, a comunidade indígena Guarani-Kaiowá de Apika’y, no estado de Mato Grosso do Sul, ocupou um canal que afirma localizar-se em suas terras tradicionais. Um tribunal local determinou a desocupação da área, mas os índios se recusaram a cumprir a ordem. No fim do ano, eles permaneciam naquela área e corriam risco de expulsão. Em 2007, o governo federal havia firmado um acordo com o Ministério Público para que as terras da comunidade fossem demarcadas até 2010, mas o processo jamais foi concluído”, destaca o informe.

A violência policial ganhou destaque no informe da Anistia. Nesse quesito, os povos indígenas foram citados na violência do órgão de repressão do estado nas manifestações envolvendo a Copa do Mundo (foto acima). Cinco indígenas acabaram feridos num protesto pacífico, dia 27 de maio de 2014, em Brasília, realizado em parceria com outras organizações dos movimentos sociais.

Foto: Rafael Vilela Pira/Mídia Ninja.



Frente Parlamentar promete brigar contra aprovação da PEC 215 no Congresso Nacional

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 25.02.2015

Cimi

O Conselho Indigenista Missionário – Cimi participou de um café da manhã na Câmara dos Deputados organizado pela Frente Parlamentar Ambientalista, na manhã desta quarta-feira (25). Cerca de 300 pessoas entre representantes de entidades, parlamentares e indígenas se reuniram para discutir, prioritariamente, a PEC 215.

Para o secretário executivo do Cimi, Cleber Buzatto, a PEC é apenas um dos instrumentos no Congresso para inibir os direitos indigenistas. De acordo com ele, é objetivo do setor ruralista, mineradores, etc, essas mudanças no texto constitucional, conseguindo, assim, impedir as demarcações e ainda viabilizar as invasões em territórios já demarcados.

O coordenador da Frente, deputado Sarney Filho (PV-AM), defendeu a articulação para impedir que a PEC 215 seja aprovada. "Atacar as reservas indígenas é atacar não somente os povos indígenas, mas também o meio ambiente", defendeu o deputado que também lembrou que mudanças na legislação vão contra o caminho do desenvolvimento socioambiental.

Representando a Articulação Nacional dos Povos Indígenas – Apib, Sônia Guajajara mostrou a importância das mobilizações, citando as conquistas do final do ano como o engavetamento da PEC 215. Para Sônia o evento aconteceu em um momento bastante oportuno, de retomada das articulações, incluindo os novos parlamentares.

"O recado do presidente da Câmara já foi dado: é para desarquivar e aprovar a PEC. Portanto, se não há diálogo, nossa decisão é ir para o enfrentamento com o presidente da Câmara e a bancada ruralista", garantiu Sônia.

Já o fundador do Instituto Sócio Ambiental – ISA, Márcio Santilli, questionou a constitucionalidade da PEC 215. Ele defende que discutir e pensar em aprovar a Proposta é destituir a autonomia dos poderes e atropelar o Executivo e o Judiciário, chamando para o Legislativo o poder de decisão. Márcio também lembrou que os processos de demarcação estão judicializados, portanto o Congresso não dará a ordem final. "O que isso contribui para a garantia dos direitos?", questionou.

Representante da classe dos artistas e da ONG Uma Gota no Oceano, Maria Paula Fidalgo, pediu atenção a várias causas que estão acontecendo paralelamente e que envolvem explorações desenfreadas em áreas de proteção. Na ocasião, ela também agradeceu à todos os índios presentes e suas respectivas comunidades pela preservação de suas terras, defendendo, assim, todos os brasileiros.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 34/2015

Brasília, 25 de fevereiro de 2015.

Alguns parlamentares também fizeram uso da palavra e se colocaram como apoiadores da causa, garantindo lutar em favor do completo arquivamento da PEC 215. Também foi lembrado que será instaurada a Frente Parlamentar de Apoio aos Índios, uma forma a mais de mobilização das comunidades indígenas em defesa de seus direitos.



Conflitos com índios vão se agravar, prevê ex-presidente da Funai

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 25.02.2015

"Os conflitos não ocorrem porque os índios têm terra demais", diz o antropólogo Márcio Meira, ex-presidente da Funai. "Eles ocorrem porque os índios têm terras que interessam ao agronegócio."

Roldão Arruda, Estadão

Há uma reação cada vez mais forte na sociedade brasileira às demandas das populações indígenas, na avaliação do antropólogo Márcio Meira, ex-presidente da Fundação Nacional do Índio (Funai). A reação decorre do crescimento econômico e o consequente avanço sobre áreas ocupadas pelos índios por empreendimentos do agronegócio, da mineração e hidrelétricas, segundo o especialista.

Outro fator preocupante para os índios, na avaliação do especialista, é o fortalecimento da bancada ruralista no Congresso e o seu alinhamento com grupos religiosos que apoiam missionários. Meira afirma que o objetivo da Proposta de Emenda Constitucional 215 (PEC-215), que está sendo desarquivada na Câmara, é a paralisação da Funai – cuja missão legal é a proteção dos interesses indígenas.

O antropólogo também acredita, por outro lado, que as comunidades indígenas estão melhor preparadas para a defesa de seus direitos. A perspectiva é de acirramento dos conflitos.

Meira presidiu a Funai durante cinco anos, entre 2007 e 2012. Foi o presidente mais longo da instituição, desde que foi criada em 1967. Em seu mandato ocorreram a retirada dos arroyos da Terra Indígena Raposa Serra do Sol e a aprovação do projeto de construção da usina hidrelétrica de Belo Monte.

Em entrevista ao Estadão, em 2008, o senhor disse que o preconceito contra os índios estava aumentando no Brasil. Como vê a situação hoje?

Ficou pior. As reações anti-indígenas estão cada vez mais visíveis entre os atores políticos no Legislativo e no Executivo – onde existem ministros favoráveis e contrários às demandas indígenas. Mas não é só. O sentimento anti-indígena é forte no conjunto da sociedade. As pesquisas de opinião mostram isso. Um levantamento realizado em 2011 pela Fundação Perseu Abramo mostrou que 5% dos entrevistados concordavam de maneira total ou parcial com a expressão 'índio bom é índio morto'. Isso significa uma concordância de 10 milhões de brasileiros.

CONT.



A que atribui esse sentimento?

Quando se observa a história do Brasil no período republicano, verifica-se o seguinte: em todas as ocasiões nas quais o País passou por um grande processo de desenvolvimento econômico, sempre associado à expansão da ocupação territorial, houve acirramento das tensões com os indígenas. No início do século 20, o crescimento econômico provocou o avanço territorial em direção a áreas quase inacessíveis nos Estados do Rio Grande do Sul, Paraná, São Paulo. Os conflitos com os indígenas foram muito fortes, porque eles estavam no caminho da construção das estradas de ferro e também do movimento de colonização que trazia para o Brasil os alemães e os italianos. O massacre dos índios kaingang nessas regiões foi brutal.

De que maneira isso repercutiu na sociedade?

Houve um grande debate na imprensa. O então diretor do Museu Paulista, Herman Von Hering, publicou um artigo no qual defendeu o extermínio dos índios. Dizia que não podiam ser um obstáculo ao progresso, ao avanço da civilização. Se fosse necessário, deveriam morrer. Uma das pessoas que se levantaram contra essa ideia foi Cândido Rondon. Para ele, a civilização não podia significar morte para os índios. O Estado, dizia o sertanista, tinha que proteger esses povos.

Foi um processo semelhante ao que ocorreu na ditadura, com o avanço em direção à Amazônia Legal, não?

Sim. O padrão se repete nos anos 50 e, mais tarde, na época dos governos militares, nas décadas de 60 e 70. Com a construção das rodovias BR-163, BR-364 e Transamazônica, que cortam a região amazônica, vários povos que viviam isolados foram contatados. Entre eles estão os panará, araweté, arara, assuri do Tocantins. Quando a economia está em crise, verifica-se uma redução dos conflitos, uma calmaria em relação às populações que estão no meio do mato, nas terras deles. Não é o que está ocorrendo agora. Os conflitos são agravados porque a expansão atual é capitaneada pelo agronegócio, o setor que mais tem a ver com a ocupação do território.

Não é só com o agronegócio que surgem conflitos.

Também existem os interesses das empresas de mineração e a questão energética. Com a expansão econômica, torna-se necessário melhorar e aumentar o suprimento energético, para o País continuar crescendo. Como os mananciais das outras regiões estão esgotados, é preciso construir hidrelétricas na Amazônia.

Hoje o deslocamento de índios de suas terras é mais complicado do que nos ciclos de expansão anteriores. Há menos terra, não é?

Sim. O caso do Mato Grosso do Sul é o melhor exemplo disso. Por outro lado, também mudou o sistema de proteção dos direitos indígenas. Ele tornou-se mais sólido a partir da Constituição

CONT.



de 1988 e do regime democrático que veio a seguir, o mais longo de toda a história republicana. Esses fatores, associados a políticas de saúde que tiveram mais eficácia a partir da década de 80 permitiram que a população indígena voltasse a crescer. Passou de menos de 200 mil pessoas, no início dos anos 80, para quase 900 mil nos dias de hoje. Outra novidade da história recente é que os índios passaram a ser atores políticos na cena democrática. Hoje eles têm organizações próprias, desenvolvem suas próprias narrativas, são atores políticos diretos.

Como vê o desarquivamento, na Câmara, da Proposta de Emenda Constitucional 215?

Essa PEC, o projeto de lei votado há pouco sobre recursos genéticos e outras medidas anti-indígenas estão dentro do contexto de crescimento econômico sobre o qual falei. Os atores políticos que atuam contra os indígenas estão interessados nas terras deles. Essa é a questão fundamental. Não se trata de ser contra os índios porque são índios ou porque possuem terras demais. O que acontece é que os índios têm terras que interessam a esses atores políticos. Pela sua exposição, o agronegócio está sempre no centro do conflito.

O que vimos recentemente foi o encolhimento da produção industrial, ao mesmo tempo que cresciam a produção agropecuária e a exportação de commodities agrícolas. O Brasil foi se tornando cada vez mais dependente da economia gerada pelo agronegócio e isso teve essas repercussões políticas no governo. Não é por acaso que a Kátia Abreu está no ministério.

Os ruralistas ganharam mais poder?

Os ruralistas têm muito poder econômico e político nesse momento. Eles têm dinheiro, financiam campanhas eleitorais, conseguem uma bancada cada vez maior e estão se aliando cada vez mais à bandada religiosa, onde estão missionários que também têm interesses conflitantes com os dos índios. Por outro lado, como já disse, os índios também estão melhor preparados, vão a Brasília com mais frequência. O arquivamento da PEC 215, no final do ano passado, foi uma demonstração de que os indígenas e seus aliados ainda têm força no Congresso.

O que está havendo é um acirramento dos conflitos?

Sim. Isso é decorrência de um processo maior, estrutural, que envolve a economia, a política, toda a sociedade brasileira. Os debates deste ano e do próximo ano no Congresso serão muito marcados por essa agenda. O Judiciário e o Executivo também serão pautados.

Como vê a Funai nesse processo?

A Funai tem sido muito atacada. Procura-se, por todos os lados, construir uma narrativa de que a instituição incompetente e não confiável, do ponto de vista técnico, para a missão que deve desempenhar. Essa narrativa, construída pelos ruralistas, pelos grupos anti-indígenas, tem um sentido ideológico. Na verdade, a Funai foi muito competente nas suas ações. Se não

CONT.



fosse assim, não sofreria tantos ataques, não haveria tanta reação. Se ela não tivesse demarcado nada, se não tivesse conseguido impor e colocar na prática o que está estabelecido na lei, ninguém estaria preocupado com ela. Do total das terras indígenas existentes no País, 80% foram demarcadas após a Constituição de 1988, quando se estabeleceram regras claras sobre a questão. Isso é demonstração clara de como ela foi eficiente.

Acha que é por isso que querem retirar da Funai e transferir para o Congresso a tarefa de demarcação de terras?

Demarcar a terra significa retirar uma parte do território brasileiro do mercado capitalista. A área demarcada fica fora, diz a Constituição. Não pode ser vendida, trocada, alienada. É uma terra da União destinada ao uso coletivo pelos índios. No fundo é a reforma agrária mais eficaz que já foi feita no País.



Projeto vai sistematizar e divulgar informações sobre quilombos

SÍTIO PORTAL VERMELHO, 25.02.2015

O Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural do Ministério do Desenvolvimento Agrário, o Incra e a Universidade Federal de Minas Gerais vão sistematizar informações de 190 comunidades quilombolas em processo de titulação. A pesquisa, iniciada recentemente, está prevista para ser concluída em 2016. Nesta quarta e quinta-feira (25 e 26) acontece a primeira reunião de trabalho da equipe, em Belo Horizonte (MG).

O projeto está estruturado em cinco etapas: análise e sistematização do material; elaboração de fascículos com as informações principais sobre cada comunidade; criação do banco de dados; seminários sobre o tema; e um livro com todos os dados da pesquisa reunidos por região e características.

Por meio do projeto "Formulação de uma linguagem pública sobre comunidades quilombolas", será construído um banco de dados com aspectos como o histórico de ocupação dos locais; a caracterização do território; principais conflitos em questão; atividades produtivas essenciais e potenciais; modos de viver do grupo; saberes e fazeres da comunidade. O objeto de análise são laudos antropológicos de comunidades quilombolas em situação de regularização territorial, produzidos pelo Incra.

"Com base nesse acervo, o projeto dará mais visibilidade às comunidades e facilitará, à sociedade em geral, o acesso ao conhecimento e a informações relevantes dos territórios", ressalta Fátima Brandalise, coordenadora do Nead.

Reconhecimento

Isabelle Picelli, coordenadora substituta da Coordenação-Geral de Regularização de Territórios Quilombolas do Incra, destaca que o projeto vai contribuir para o reconhecimento dessas comunidades como formadoras da nação brasileira. "A importância de divulgar os dados contidos nos relatórios antropológicos é, primeiramente, poder transpor o conhecimento científico dos relatórios para uma linguagem acessível aos não especialistas: as próprias comunidades quilombolas, gestores locais, público escolar. Com isso, queremos disseminar as histórias de manutenção e resistência dos grupos quilombolas para a população mais ampla, e estimular que este material seja apropriado e divulgado também pelas comunidades", acrescentou.

De acordo com Lilian Gomes, coordenadora técnica do projeto por meio do Observatório da Justiça Brasileira (OJB) da UFMG, a intenção é traçar um diálogo amplo com as comunidades quilombolas e movimentos sociais relacionados. Também participam da iniciativa o Núcleo de Estudos sobre Populações Quilombolas e Tradicionais (NUQ) e o Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia (PNCSA), ambos da universidade mineira.

Fonte: MDA.



Acusado de assassinar líder quilombola é julgado em Belém

SÍTIO GLOBO.COM, 25.02.2015

*Previsão é que sentença seja dada pela Justiça na tarde desta quarta, 25.
Crime teria sido passional, segundo investigações da polícia.*

A Justiça paraense leva ao banco dos réus na manhã desta quarta-feira (25), em Belém, Carlos Alberto Araújo da Silva, acusado de matar a golpes de faca o líder quilombola do Marajó Teodoro Lalor, assinado na capital paraense em 2013. A sentença deve ser divulgada na tarde desta quarta.

O julgamento, conduzido pela juíza Ângela Alves Tuma, teve início às 8h e quatro testemunhas foram ouvidas. A sessão teve uma pausa no fim da manhã e deverá ser retomada no início da tarde com os debates entre acusação e defesa.

A promotoria pede que o réu, além de ser sentenciado por homicídio qualificado, responda ainda por tentativa de homicídio contra Antônio Gomes dos Santos, que também se relacionava com o quilombola.

Na época, o crime teve ampla repercussão, já que a vítima lutava pela titulação dos quilombos na região de Cachoeira do Arari, no Marajó, e fizera denúncias ao Ministério Público Federal (MPF), nos últimos anos, sobre supostas ameaças contra quilombolas na região.

Segundo a polícia, a vítima foi assassinada quando participava de um encontro em defesa dos povos quilombolas em Belém. As investigações da polícia concluíram que o crime teria sido passional, pois tanto vítima quanto o acusado mantinham um relacionamento com a mesma mulher. O acusado foi preso em janeiro de 2014 e após prestar depoimento, foi transferido para o Centro de Triagem Metropolitano 2, no Complexo Penitenciário de Santa Isabel do Pará. O crime

Teodoro Lima, 55 anos, foi morto na madrugada de 19 de agosto de 2013, com golpes de faca no peito, em Belém. No dia seguinte ao crime, a equipe da Divisão de Homicídios localizou a mulher que mantinha um relacionamento amoroso com a vítima, o que, para a polícia, reforçou a tese de que Teodoro foi morto pelo suspeito por causa de ciúmes. Antônio dos Santos relatou que Teodoro, sempre que vinha a Belém, da ilha do Marajó, ia à sua procura no bairro da Cabanagem, pois a filha dele morava perto da casa de Antônio.

A mulher contou ainda que conheceu o suspeito em maio de 2013, e que terminou o envolvimento amoroso com ele em julho. Segundo Antônio dos Santos, o fim do relacionamento ocorreu após a mulher descobrir que o então companheiro era usuário de drogas e que trabalhava para traficantes do bairro. De acordo a mulher, o suspeito não queria aceitar a separação e até teria lhe jurado de morte.

CONT.



Teodoro teria pedido para dormir na casa dela, e eles foram surpreendidos pelo suspeito. Carlos Alberto teria agredido Teodoro a socos, enquanto Antônio gritava na rua para chamar a polícia. O suspeito agrediu a mulher com um soco no rosto, fazendo-a desmaiar em frente da casa. A mulher contou que só acordou, por volta de 4 horas da manhã, quando policiais bateram à porta de sua casa. Segundo as testemunhas, a vítima recebeu um golpe e ainda tentou correr, mas logo caiu morto.



Apib repudia Câmara por aprovação do PL de acesso aos recursos genéticos e conhecimentos tradicionais
SÍTIO CIMI, 25.02.2015

Nós lideranças, da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB), reunidos em Brasília com representantes do Governo Federal, principalmente do Ministério do Meio Ambiente (MMA), dias 24 e 25 de fevereiro do corrente ano, a convite deste ministério para tratar questões relacionadas com o PL 7735/2014 (atual PLC 02/2015), após conhecer esta iniciativa de lei por meio de representantes do governo, nos manifestamos:

1. Lamentamos e repudiamos mais uma vez a decisão deliberada do Poder Executivo de nos excluir do processo de elaboração do Projeto de Lei, sob a conhecida pressão de setores econômicos envolvidos, apesar de tratar de questões do nosso interesse, por demais delicadas para os nossos povos, em violação à Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), da Convenção da Biodiversidade (CDB) e da Constituição Federal. Estamos cientes de que, neste momento, em que o projeto tramita no Congresso Nacional, com aprovação na Câmara, é inócua a tentativa de aproximação dos povos indígenas.

2. Mesmo assim, incidiremos no processo legislativo no âmbito do Senado Federal, e exigimos, para tanto, que o governo se comprometa a defender alterações no texto aprovado pela Câmara, em favor dos direitos dos povos indígenas, evidentemente restringidos.

3. Entre as exigências mínimas a serem atendidas pelo governo encontram-se as seguintes alterações:

3.1. Estabelecer que o atestado de regularidade ocorrerá antes do acesso, como medida mínima de controle e fiscalização prévios das atividades;

3.2. Prever e regulamentar a hipótese de negativa de consentimento prévio, direito assegurado pela CDB e ausente do projeto;

3.3. Eliminar as principais limitações que ameaçam gravemente o direito à repartição de benefícios, em especial:

- o requisito do elemento principal de agregação de valor ao produto;
- a lista de classificação;
- a isenção para os casos de acesso anterior ao ano de 2000;
- a possibilidade do usuário escolher, a seu critério, a norma a ser aplicada (Medida Provisória ou a nova Lei) para a repartição de benefícios nos casos de regularização.

4. Tendo em vista que o decreto regulamentador deverá se sujeitar ao quanto previsto

CONT.



na nova Lei, estamos cientes de que, considerando-se o texto atual do projeto, são altamente limitadas as possibilidades de correção dos equívocos e vícios nele contidos, em especial aqueles relacionados às restrições aos direitos sobre o consentimento prévio e a repartição de benefícios.

Diante disso, reiteramos nossa posição de exigir do governo o apoio político às alterações demandadas acima no próprio projeto de lei.

Por essas razões, somente participaremos do processo de elaboração da regulamentação no momento adequado, qual seja, após a confirmação do texto final do projeto de lei publicado no Diário Oficial. Em que pese isso, exigimos que nenhuma medida seja adotada sem a nossa participação, em todas as fases de elaboração da norma.

5. Considerando que o projeto de lei em questão afeta o direito de inúmeros povos indígenas, exigimos do governo que os próximos debates e trabalhos contemplem a participação conjunta de lideranças indígenas, sem segmentação. Mais do que isso, que as lideranças de comunidades tradicionais sejam também inseridas nos mesmos processos de diálogo e participação.

6. Além disso, exigimos como ponto fundamental que o governo trabalhe incessantemente para que a tramitação do projeto de lei no Senado ocorra sob a relatoria de parlamentar sensível e afeto às questões indígenas, ao contrário do quanto observado na Câmara dos Deputados.

7. Informamos ainda que não abrimos mão do pleito inicialmente feito junto a este ministério no sentido de que seja retirado o regime de urgência sob o qual tramita o projeto, o que permitirá corrigir o grave, ilegal e admitido equívoco de excluir os nossos povos do processo de debates e construção do novo marco regulatório.

8. Por fim, reivindicamos do Ministério do Meio Ambiente que restabeleça a relação de parceria, colaboração e construção coletiva relativamente às políticas públicas envolvendo os nossos direitos e interesses, como determinado pela legislação brasileira.

Brasília - DF, 25 de fevereiro de 2015.